



Programa de Tradução das *Salas de Acolhimento* para estudantes-mães na EJA

João Ricardo Rodrigues dos Santos
Edgar Miranda da Silva



Colégio Pedro II
Rio de Janeiro
2026

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

S237 Santos, João Ricardo Rodrigues dos

Programa de Tradução das Salas de Acolhimento para Estudantes-Mães na EJA / João Ricardo Rodrigues dos Santos ; Edgar Miranda da Silva. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Imperial Editora, 2026.

90 p.

Bibliografia: p. 89.

ISBN: 978-65-5930-205-5

1. Educação básica – Estudo e ensino. 2. EJA. 3. Política educacional. 4. Assistência estudantil. 5. Evasão escolar. I. Silva, Edgar Miranda da. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 374.012

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

RESUMO

O e-book "Programa de Tradução das Salas de Acolhimento para Estudantes-Mães na EJA" apresenta a construção e a estrutura do Produto Educacional derivado da pesquisa de dissertação intitulada "**Políticas de Permanência Estudantil para Estudantes-Mães na EJA: uma proposta de tradução de salas de acolhimento na EJA**", desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica (MPPEB) do Colégio Pedro II. O Produto Educacional é classificado como Tecnologia Social (PPT 3), conforme a tipologia de Produções Técnico-Tecnológicas da CAPES para programas de pós-graduação na área de Ensino e busca ajudar a mitigar o hiato entre o arcabouço normativo relativo às salas de acolhimento e sua tradução no contexto escolar. Foi elaborado a partir de uma cartografia da ação que incluiu o mapeamento de políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal, e de uma revisão bibliográfica. Após, foi submetido à apreciação de professores, gestores e uma estudante-mãe, em rodas de conversa, por meio das quais foram validados os elementos político-pedagógicos, materiais e as ações de configuração desses espaços como política de permanência estudantil. O programa está estruturado em fundamentos políticos e pedagógicos e materialidades: Artefatos e Ações, organizadas em cinco eixos (espaço físico, pessoal, formação, monitoramento e checklist de verificação), oferecendo sugestões práticas e adaptáveis para que professores, gestores e equipes escolares possam traduzir e materializar a política de permanência às condições específicas de cada escola.

Palavras-chave: salas de acolhimento; políticas de permanência estudantil; EJA; políticas públicas educacionais.

SUMÁRIO

Apresentação

Como nasceu este programa	5
Descrição técnica e como usar o programa	8
Glossário	10

Estrutura e princípios do programa

Duas categorias analíticas, um tecido	12
---------------------------------------	----

Fundamentos políticos e pedagógicos

1. O direito à educação das estudantes-mães	14
1.1 Direito humano	14
1.2 Funções reparadora, equalizadora e qualificadora	15
1.3 Barreira real vs. garantia formal	16
1.4 Gênero e raça como constitutivos	17
1.5 O direito à educação em síntese	18
2. A natureza do cuidado qualificado	19
3. A relação com o Projeto Político-Pedagógico	21
4. A escuta	22
5. A rede de sociabilidade	24
6. Projetos didáticos e currículo	25
7. A dimensão comunitária do acolhimento	27
8. A intersectorialidade	28
9. Síntese dos fundamentos	30

Materialidades: artefatos e ações

O que constitui uma sala de acolhimento	32
Eixo I — Espaço físico	33
I.1 Organização do ambiente	35
I.2 Mobiliário e materiais	37
I.3 Higiene e alimentação	42
I.4 Segurança e acessibilidade	45
Eixo II — Pessoal	49
Eixo III — Formação	64
Eixo IV — Monitoramento	67
Eixo V — Checklist de verificação	70

Avaliação e viabilidade	75
--------------------------------	----

Incidência política	79
----------------------------	----

Perguntas e erros frequentes	81
-------------------------------------	----

Leituras complementares	85
--------------------------------	----

Os autores	87
-------------------	----

Referências	89
--------------------	----

APRESENTAÇÃO:

Como nasceu este *programa*

A construção do presente programa foi motivada pela necessidade de tradução da política de permanência estudantil para estudantes-mães na prática, especificamente, as salas de acolhimento. Sua proposta foi justificada a partir de dados educacionais mais recentes do Censo Escolar (2024) que indicam que a EJA contabiliza 2,3 milhões de matrículas no Brasil, das quais 1,25 milhão são mulheres. Entre as principais razões declaradas para o abandono escolar feminino, a gravidez responde por 23,4% dos casos e os afazeres domésticos e o cuidado de filhos por outros 9%, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2024). A gravidez na adolescência é um indicador relevante nesse quadro: segundo estimativas do Banco Mundial (2022), a taxa de fecundidade adolescente no Brasil chegou a 43,6 nascimentos por mil meninas de 15 a 19 anos, valor expressivamente superior ao registrado em outros países do BRICS, como Rússia, Índia e China, cuja taxa máxima foi de 16,3, e bem acima da média dos países de renda média-alta, estimada em 27,8. Esses dados não são apenas estatísticas: são o retrato de uma exclusão que, para muitas mulheres, começa quando a matrícula é negada porque não há onde deixar os filhos.

No caso, a sala de acolhimento é um serviço de apoio às famílias de estudantes que necessitam deixar seus filhos em condições adequadas de proteção, bem-estar e desenvolvimento no período em que frequentam as aulas, conforme o marco do Projovem Urbano (Brasil, 2012). Não se trata de uma creche, nem de educação infantil, nem de assistência social: é um dispositivo específico de política de permanência, orientado pelo princípio lúdico, com profissionais próprios, espaço estruturado e sem obrigatoriedade de frequência regular, organizando-se em função das necessidades da estudante. Apesar de suas potencialidades, esta política carece de materialidade na prática.

Diante disso, este Programa foi construído a partir de uma cartografia da ação que envolveu o mapeamento de experiências em diferentes redes de ensino e uma revisão bibliográfica sobre políticas de permanência na EJA. Além disso, a avaliação e escuta qualificada de professores, gestores e estudantes-mães em rodas de conversa foi essencial para a validação da proposta.

APRESENTAÇÃO: Como nasceu este *programa*

Não é um modelo para ser copiado, é uma proposta de tradução, no sentido que Stephen Ball e colaboradoras (2012) atribuem ao conceito de *enactment*: as políticas não se implementam, elas se encenam. São lidas, interpretadas, disputadas e recriadas por sujeitos concretos, em escolas concretas, com as condições que têm, e é precisamente esse processo que este programa busca qualificar e apoiar.

Este também não é o único modo ou forma de tradução desta política*. Há referências ao longo do texto de oito municípios brasileiros que produziram legislação específica sobre salas de acolhimento, entre eles Rio de Janeiro (RJ), Florianópolis (SC), Porto Velho (RO), Goianira (GO) e Curitiba (PR). No plano federal, a Resolução CD/FNDE nº 60/2011 instituiu as salas de acolhimento como obrigação dos entes executores do Projovem Urbano. Contudo, cabe salientar os hiatos entre o texto e a prática, pois os direitos estão enunciados, e as salas, em sua maioria, simplesmente não existem nas escolas.

Mas é sempre preciso esperar.

**Os resultados obtidos com a pesquisa que fundamentou a elaboração do programa permitem afirmar que essa tradução é possível, e necessária, mas que ela não ocorre de forma automática a partir da existência de textos normativos. A pesquisa concluiu que a tradução das políticas de permanência estudantil para estudantes-mães na EJA demanda a mobilização dos sujeitos escolares na atuação das políticas, evidenciando que a distância entre o texto normativo e as práticas cotidianas das escolas só pode ser superada por meio de condições materiais adequadas, formação docente continuada e compromisso institucional coletivo com a permanência dessas estudantes. Na prática cotidiana das escolas de EJA, o que sustenta a permanência das estudantes-mães ainda é, em grande medida, a sensibilidade individual de professores e gestores, não uma política pública estruturada. Este programa nasce justamente para preencher essa lacuna.*

APRESENTAÇÃO:

Descrição Técnica e como usar o *programa*

A NATUREZA DESTE PRODUTO EDUCACIONAL

DIMENSÃO 1

***E-book* narrativo**

Um documento de linguagem acessível, voltado para todos os públicos, mas tendo consciência de que dialoga majoritariamente com professoras, gestoras, educadoras e ativistas que atuam ou desejam atuar na EJA. Não pressupõe familiaridade com a dissertação acadêmica: traz os fundamentos, os dados e as propostas em formato que dialoga com a prática cotidiana das escolas.

DIMENSÃO 2

Tecnologia Social em movimento

Um instrumento de mobilização e incidência política. Sistematiza o conhecimento produzido pela pesquisa em forma aplicável. Orienta a elaboração de projetos, a pressão sobre gestões municipais e estaduais, e a inserção das salas de acolhimento nos PPPs das escolas de EJA.

PARA QUEM É ESTE PROGRAMA

Professoras e gestoras de EJA

Que desejam iniciar ou qualificar salas de acolhimento em suas escolas.

Coordenadores Pedagógicos

Que trabalham com formação docente e elaboração do PPP escolar.

Ativistas e fóruns de EJA

Que atuam na incidência sobre políticas públicas de permanência estudantil.

Descrição Técnica e como usar o *programa*

NOME	Programa de Tradução das Salas de Acolhimento para Estudantes- Mães na EJA
OBJETIVO DO PRODUTO	Oferecer um programa estruturado e adaptável para a materialização ou qualificação de salas de acolhimento em unidades escolares com EJA, reunindo elementos de espaço físico, composição de equipe e formação docente sistematizados a partir do mapeamento de experiências nacionais e da escuta de sujeitos escolares.
COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS	✓ Compreender os fundamentos políticos e pedagógicos das salas de acolhimento ✓ Planejar as ações ou qualificação nos três eixos do programa Identificar perfis profissionais, atribuições e condições de trabalho necessárias ✓ Organizar ações formativas considerando gênero, raça e especificidades da EJA ✓ Atuar como tradutor das políticas de permanência na escola
ÁREA	Ensino / Educação de Jovens e Adultos
TIPO	Tecnologia Social (PPT 3)
FORMATO	E-book digital (programa de ações)
PÚBLICO ORIGEM	Gestores escolares, professores e equipes das redes de ensino com EJA noturna MPPEB/CPII, Linha de Pesquisa: Prática Docente e Formação Continuada
DISPONIBILIDADE	Irrestrita, respeitada a autoria. Vedado uso comercial por terceiros.
IDIOMA / ANO	Português / 2026

APRESENTAÇÃO:

Como usar o *programa*

Este Programa não é um manual de instruções fechado, é um ponto de partida. Cada escola tem condições, histórias e sujeitos específicos que precisam ser considerados na sua tradução para a prática. Nesse sentido, sugerimos que o processo de tradução considere alguns aspectos e movimentos iniciais:

1 Diagnóstico da escola

Antes de qualquer ação, sugere-se que as condições concretas da unidade escolar sejam mapeadas: existe espaço físico disponível? Quais profissionais poderiam integrar a equipe? Quantas estudantes-mães há na escola? Qual é a demanda potencial?

2 Mobilização coletiva

A sala de acolhimento não pode depender da vontade de um único gestor ou professor. Recomenda-se o envolvimento da comunidade escolar, a apresentação da lei, o debate no conselho escolar e a inclusão da pauta no planejamento do PPP.

3 Articulação com a rede

Sugere-se que a Coordenadoria Regional de Educação, os fóruns de EJA, os movimentos sociais e as secretarias municipais de saúde e assistência social sejam acionadas no processo de tradução. A implementação da sala depende de uma rede, não de uma iniciativa isolada.

4 Formação antes da operacionalização

Sugere-se a realização de oficinas de sensibilização antes de abrir a sala. Uma equipe não preparada para o que é a sala de acolhimento corre o risco de transformá-la em depósito, o que prejudica as crianças e deslegitima a política.

5 Avaliação contínua

A sala precisa ser avaliada regularmente, com as educadoras, com as estudantes-mães e com a gestão, em termos de: O que está funcionando? O que precisa ser ajustado? Quem está sendo atendido e quem está ficando de fora?

APRESENTAÇÃO:

Glossário – termos e conceitos *essenciais do programa*

Acolhimento

Prática institucional de criar condições concretas para que estudantes-mães permaneçam na escola. Implica materialidades específicas: espaço, equipe, formação e política, distinto do uso corriqueiro apenas afetivo do termo.

Cuidado qualificado

Modalidade de cuidado orientada pelo princípio lúdico, por educadores (não professores), sem currículo formal, adaptada às necessidades da estudante-mãe. Distingue-se da Educação Infantil e da assistência social.

Enactment

Conceito de Ball, Maguire e Braun (2012): as políticas não se materializam de forma linear: são encenadas interpretadas e recriadas por sujeitos concretos. A tradução é sempre ativa e situada em condições específicas.

Estudante-mãe

Categoria analítica e política que nomeia a condição de mulheres que conciliam maternidade e escolarização na EJA. O hífen reforça que maternidade e estudante são dimensões simultaneamente presentes, não separáveis.

Invisibilidade estatística

Fenômeno pelo qual mulheres que não conseguem matricular-se por não terem onde deixar os filhos não aparecem nos dados de evasão: simplesmente não entram no sistema, portanto não são contadas como excluídas.

Materialização da política

Processo pelo qual uma política pública deixa de ser texto normativo e passa a existir como prática concreta: espaço equipado, equipe formada, regimento aprovado e serviço funcionando com qualidade.

Permanência estudantil

Conjunto de condições e políticas que permitem a continuidade da trajetória escolar. Envolve não apenas o acesso (matrícula), mas a superação de barreiras materiais, simbólicas e institucionais.

PPP — Projeto Político-Pedagógico

Documento que expressa a identidade e os compromissos coletivos de uma escola. Incluir a sala no PPP transforma uma iniciativa eventual em política institucional, garantindo continuidade além de gestões individuais.

Saberes curriculantes

Saberes historicamente feminizados (sobre cuidado, maternidade, trabalho doméstico) que as estudantes-mães trazem e raramente são reconhecidos pelo currículo formal como conhecimentos legítimos.



Estrutura e Princípios do Programa

ESTRUTURA E PRINCÍPIOS DO PROGRAMA:

Duas categorias analíticas, um *tecido*

A estrutura do programa foi organizada a partir de duas categorias de elementos que se entrelaçam continuamente, a saber: os fundamentos que justificam as salas de acolhimento e as materialidades que as constituem na prática.

CATEGORIA 1

Fundamentos políticos e pedagógicos das salas de acolhimento

Apresenta os princípios e fundamentos reunidos no mapeamento das políticas e programas de permanência de estudantes-mães, identificando as disputas de sentido e as condições estruturais que configuram esse campo. Esses fundamentos emergem de forma fragmentada, contraditória e historicamente situada, atravessados por marcadores de gênero e raça.

INCLUI

O direito à educação · O cuidado qualificado · A relação com o PPP · A escuta · A rede de sociabilidade · Projetos didáticos e currículo · A dimensão comunitária · A intersectorialidade.

CATEGORIA 2

Materialidades - artefatos e ações que caracterizam as salas de acolhimento

Apresenta formas de operacionalização dos espaços, sistematizando os elementos e ações que conferem concretude e organicidade às salas como política educacional.

Abrange artefatos físicos - espaço, mobiliário, alimentação, materiais - e as ações humanas e institucionais: equipe, formação, práticas de cuidado e instrumentos de gestão.

INCLUI

Eixo I, Espaço físico · Eixo II, Pessoal · Eixo III, Formação · Eixo IV, Monitoramento · Eixo V, Checklist de verificação.

O direito à educação, a natureza do cuidado qualificado, a relação com o PPP, a escuta, a rede de sociabilidade, os projetos didáticos, a dimensão comunitária e a intersectorialidade não são dimensões estanques: constituem um tecido em que as desigualdades de gênero e raça aparecem como linhas que atravessam a trama inteira.

CATEGORIA 1: Fundamentos Políticos e Pedagógicos

Esta categoria reúne os fundamentos que justificam a sala de acolhimento como política de permanência. Eles não são tópicos independentes: o direito à educação, o cuidado qualificado, a relação com o PPP, a escuta, a rede de sociabilidade, os projetos didáticos e o currículo, a dimensão comunitária e a intersetorialidade formam uma **unidade**. Lê-los assim supõe uma escolha teórica. Com Ball, Maguire e Braun (2012), entendemos que uma política se constitui em três contextos: o de influência, onde se disputam discursos e intenções; o de produção de texto, onde ela vira lei e documento; e o da prática, onde é interpretada e recriada na escola. É na distância entre os dois últimos que a permanência se decide, e é aí que este programa intervém. Nesse contexto da prática, as políticas não são 'implementadas', mas encenadas, traduzidas por quatro tipos de sujeitos: os narradores (direção e equipe pedagógica), os empreendedores (mobilizadores criativos), os agentes externos (influências de fora da escola) e os negociadores (gestão administrativa). É a esses sujeitos que os fundamentos a seguir se dirigem.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS:

1. O direito à *educação* das estudantes-mães

1.1 Direito humano

A sala de acolhimento se inscreve no campo do **direito humano** à educação não como serviço complementar ou benesse, mas como uma das condições concretas que podem tornar possível o exercício desse direito para mulheres que são também mães.

Sem esse espaço, a garantia formal da matrícula não remove a **barreira real** que impede a permanência, e uma mulher que não consegue estudar porque não tem com quem deixar os filhos não é evadida, mas excluída antes mesmo de ingressar.

Esse é um problema que atravessa diferentes regiões do Brasil, mas apenas oito municípios apresentam legislação específica sobre as salas de acolhimento: Rio de Janeiro (RJ), Goianira (GO), Curitiba (PR), Foz do Iguaçu (PR), Ponta Grossa (PR), Florianópolis (SC), Bagé (RS) e Porto Velho (RO), do Sul ao Norte. São dez documentos normativos ao todo, entre leis e decretos, porque alguns municípios editaram mais de um: o Rio de Janeiro aprovou, em novembro de 2018, com quinze dias de intervalo, a Lei nº 6.419, do Espaço Infantil Noturno, e a Lei nº 6.423, das salas de acolhimento no PEJA noturno. Guarujá (SP) tem lei de mesmo nome, voltada a alunos com demandas emocionais e psicológicas, e por isso fica fora desta contagem, ainda que mostre como o termo circula entre redes e muda de sentido a cada uso. A escassez de respostas normativas já é reveladora, pois a demanda existe em todas as redes, mas a produção de legislação específica ainda é pontual e fragmentada. E mesmo onde as normas existem, a distância entre o texto da política e sua materialização nas escolas permanece, em geral, muito ampla.

É nesse hiato que se situa o contexto da prática descrito na abertura deste capítulo. O direito enunciado no texto normativo não se converte sozinho em vaga, espaço e equipe: depende da tradução ativa dos sujeitos escolares. É esse processo que este programa busca qualificar, oferecendo elementos concretos para que professores e gestores possam construir, coletivamente, respostas adequadas à realidade de cada escola. As páginas seguintes percorrem as funções que a EJA assume ao fazer essa tradução.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS:

O direito à *educação*

1.2 Funções reparadora, equalizadora e qualificadora

A EJA cumpre funções **reparadora, equalizadora e qualificadora (Brasil, 2000a)**. A função reparadora exige não apenas a garantia formal do acesso, mas o "reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano" (Brasil, 2000b). Para as estudantes-mães, essa reparação demanda a remoção de barreiras materiais que se interpõem entre a mulher, a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e o exercício do direito de estudar.

Já a função equalizadora busca reduzir as desigualdades sociais, oferecendo oportunidades de escolarização completa a grupos marginalizados, como trabalhadores, donas de casa e pessoas privadas de liberdade. Essa função está relacionada à "igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação" (Brasil, 2000b, p. 8). A EJA, nesse sentido, atua como um mecanismo de redistribuição equitativa dos bens sociais, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, desenvolvam habilidades e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura. Nesses termos, as salas de acolhimento podem ser enquadradas como bens sociais, na medida que, em sendo materializadas, tornam-se equipamentos de usufruto para as estudantes-mães.

Nos oito municípios citados na página anterior, o enquadramento das salas como bem social já está escrito em lei. Há municípios, contudo, onde a lei existe há anos e a sala ainda não foi materializada, o que mostra que as três funções não se cumprem por enunciação. Elas exigem uma barreira concreta removida, e é dessa barreira que trata a página seguinte.

A sala de acolhimento não é acessório do direito à educação: é parte de políticas que reparam e equalizam condições concretas para mulheres que são também mães.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS: O direito à *educação*

1.3 Barreira real vs. garantia formal

Há mulheres que sequer conseguem fazer a matrícula porque não têm com quem deixar os filhos e não há sala de acolhimento na escola em que pretendem se matricular. Essas mulheres não aparecem nas estatísticas de evasão: simplesmente não entram no sistema. Para as estudantes-mães, a matrícula é apenas o primeiro passo de um percurso cheio de obstáculos que o sistema escolar ainda não aprendeu a remover. O esquema abaixo opõe, de um lado, o que a norma garante e, de outro, o que a condição material impede, para localizar em que ponto do percurso a sala de acolhimento intervém.



FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS:

O direito à *educação*

1.4 Gênero e raça como constitutivos

Os dados nacionais demonstrados pelo IBGE indicam que os homens raramente deixam de estudar por causa dos filhos. Porém, 23,4% das mulheres que deixaram a escola declararam a gravidez como razão (PNAD, IBGE 2024). Essa assimetria não é individual, é estrutural, produzida pela divisão sexual do trabalho que responsabiliza majoritariamente as mulheres pelo cuidado. A formulação é relevante porque não naturaliza o direito como dado, mas o situa no campo da disputa política e da luta coletiva. A permanência escolar não se viabiliza pela garantia formal da matrícula, mas pode exigir a remoção de barreiras materiais e simbólicas que se interpõem entre a mulher, a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e o exercício do direito de estudar.

O recorte racial completa o quadro. Pretos e pardos são 60% dos estudantes da EJA, e as mulheres somam 1,25 milhão das matrículas (Censo Escolar, 2024), o que significa que a estudante-mãe da modalidade é, majoritariamente, uma mulher negra. Gênero e raça não operam como marcadores que se somam, mas como determinações que se sobrepõem: a ausência da sala de acolhimento incide com mais força justamente sobre quem dispõe de menos rede de apoio. Nomear esse atravessamento é condição para que o programa não reproduza, na provisão do cuidado, a mesma assimetria que pretende enfrentar, contratando precariamente mulheres para cuidar dos filhos de outras mulheres.

Sem estofo normativo, o que sustenta a permanência é a disposição de cada gestão, e são as mulheres negras, maioria entre as estudantes-mães da EJA, que ficam mais expostas a essa fragilidade. O caso a seguir, protagonizado pelo movimento estudantil de uma escola pública majoritariamente composta por mulheres, mostra o alcance da mobilização coletiva e o seu limite quando a conquista não chega a se converter em norma.

“

A LIÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CARMELA DUTRA

O movimento estudantil do Instituto de Educação Carmela Dutra construiu uma creche dentro da escola “tijolo a tijolo”, sem respaldo legal, e quando a mobilização cessou sem que a institucionalização a alcançasse, a conquista se desfez. **A normativa é o que faz perdurar o que a luta conquista.**

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS:

1.5 O direito à *educação* – síntese

Por que a sala de acolhimento é uma questão de direito?

ACESSO ≠ PERMANÊNCIA

A matrícula garante o acesso e a sala de acolhimento permite a permanência.

INVISIBILIDADE ESTATÍSTICA

Mulheres que não conseguem se matricular por falta de cuidado dos filhos não aparecem nas estatísticas de evasão. Elas simplesmente não entram no sistema.

ESCASSEZ NORMATIVA

A legislação existe em alguns municípios; mas na maioria das redes, a demanda supera amplamente a resposta institucional.

RESPONSABILIDADE ATIVA

A tradução da política é responsabilidade ativa dos sujeitos escolares, não apenas dos textos normativos.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS:

2. A natureza do *cuidado qualificado*

A sala de acolhimento tem identidade própria: não é creche, não é educação infantil, não é assistência social. Confundi-la com qualquer um desses serviços distorce sua função e precariza sua operação.

A literatura destaca que o atendimento nas salas de acolhimento **"não deve ser confundido com um serviço similar ao da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental, nem com o serviço prestado pela assistência social, pois não substitui tais atendimentos"** (Ferreira, 2014, p. 39). Os profissionais são chamados educadores, não professores, porque não trabalham conteúdos curriculares. A frequência não é obrigatória: a sala se organiza em função das necessidades da estudante-mãe, não da lógica avaliativa da educação formal.

Essa flexibilidade é uma característica estrutural do serviço e também um ponto de vulnerabilidade. Sem obrigatoriedade de frequência e sem regulação clara, o serviço corre o risco de ser esvaziado conforme a disponibilidade de recursos, reproduzindo, na prática, a precariedade que já marca a vida das estudantes-mães fora da escola. Há uma distinção fundamental que a experiência prática evidencia: uma sala de acolhimento pode ser viável do ponto de vista administrativo e, ainda assim, não oferecer um serviço de qualidade. Criar o espaço físico e designar uma pessoa para cuidar das crianças é o mínimo, porém não é suficiente. Viabilidade e qualidade não são sinônimos, e a segunda não decorre automaticamente da primeira.

⚠ O RISCO CONCRETO DO DEPÓSITO

A experiência de escolas que já operam salas de acolhimento revela um risco recorrente: sem formação adequada, o espaço tende a funcionar como guarda, um lugar onde as crianças ficam, não um lugar onde são cuidadas e estimuladas. Uma sala que funcione como depósito falha como política pedagógica e reforça a ideia de que o cuidado das crianças é um problema privado das mães, não uma responsabilidade coletiva da escola.

Esse risco não é neutro do ponto de vista do gênero, pois quando o serviço de cuidado é precário, os efeitos tendem a recair principalmente sobre as mulheres, que são as mais frequentemente responsáveis pela guarda dos filhos. Uma sala de acolhimento que funcione como depósito não apenas falha como política pedagógica e pode, também, reforçar a ideia de que o cuidado das crianças é um problema privado das mães, e não uma responsabilidade pública que precisa ser assumida com qualidade.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS: A natureza do *cuidado qualificado*

A sala de acolhimento não é uma creche dentro da escola: é um dispositivo pedagógico de cuidado qualificado, inscrito no projeto educativo e atravessado por intencionalidade formativa.

O cuidado qualificado distingue-se do cuidado doméstico ou assistencial por três características fundamentais: é intencional, é coletivamente planejado e está articulado ao projeto pedagógico da escola. Não se trata de "tomar conta" das crianças enquanto as mães estudam, mas de oferecer um ambiente seguro, estimulante e acolhedor que reconheça as crianças como sujeitos de direitos e as mães como estudantes em formação.

Essa distinção é crucial porque determina a natureza da equipe necessária, o tipo de formação exigida, os materiais e espaços adequados e os instrumentos de acompanhamento. Uma sala de acolhimento que opera apenas como "depósito de crianças" não cumpre sua função pedagógica e pode, inclusive, reforçar a desvalorização do trabalho de cuidado que historicamente recai sobre as mulheres.

O cuidado qualificado exige profissionais com formação específica em desenvolvimento infantil, práticas lúdicas e pedagógicas adequadas à faixa etária; bem como sensibilidade às questões de gênero e raça que atravessam as trajetórias das estudantes-mães e de seus filhos. Exige também condições materiais: espaço adequado, mobiliário apropriado, alimentação, materiais pedagógicos e protocolos de segurança.

Cuidado Qualificado: a especificidade pedagógica das salas de acolhimento

Princípio lúdico

- Cuidado orientado pelo brincar.
- Favorece vínculos e segurança emocional.
- Sem finalidade de ensino formal.

Educadores, não professores

- Ações de acolhimento e atividades lúdicas.
- Não trabalham conteúdos do currículo.

Não substitui outras políticas

- Não é Educação Infantil.
- Não é Ensino Fundamental.
- Não é assistência social.
- Atua de forma complementar.

Frequência flexível

- Participação não obrigatória.
- Conforme necessidades da estudante-mãe.
- Prioriza a permanência escolar.

A sala de acolhimento constitui um espaço pedagógico próprio, fundamentado no cuidado qualificado e no princípio lúdico, contribuindo para a permanência das estudantes-mães sem substituir a Educação Infantil, o Ensino Fundamental ou a assistência social.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS:

3. A relação com o *Projeto Político-Pedagógico*

A sala de acolhimento só faz sentido quando inscrita no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola: não como anexo, mas como expressão de um compromisso coletivo com a permanência.

A inserção da sala de acolhimento no PPP é o que a distingue de uma iniciativa isolada ou voluntarista. Quando o PPP reconhece explicitamente a presença de estudantes-mães e assume a responsabilidade institucional pelo acolhimento de seus filhos durante o horário escolar, a sala deixa de ser um "favor" e passa a ser uma política da escola.

Nessa perspectiva, os professores assumem o papel ativo que Ball (2016) lhes atribui no processo de enactment: não são meros executores de diretrizes externas, mas atuantes da política, capazes de mediá-la e ressignificá-la a partir das realidades vividas. A inclusão da pauta da sala de acolhimento no PPP também pode ser compreendida como um gesto de reconhecimento de que as desigualdades de gênero e raça que afetam as estudantes-mães são uma questão que diz respeito à escola como coletivo, e não apenas ao gestor ou ao docente que individualmente as acolhe.

Isso tem consequências práticas importantes, pois garante continuidade independentemente de mudanças na gestão, legitima a alocação de recursos humanos e materiais, permite o planejamento coletivo das ações de cuidado e cria as condições para que a comunidade escolar se aproprie do dispositivo como parte de sua identidade.

O PPP é também o espaço onde se explicita a concepção de cuidado que orienta a sala, definindo se é assistencial ou pedagógico, se reconhece as crianças como sujeitos de direitos, se articula o acolhimento com o projeto formativo das mães. Essa explicitação é fundamental para que a equipe tenha clareza sobre o sentido do seu trabalho e para que as estudantes compreendam a sala como parte do seu direito à educação.

Projeto Político-Pedagógico: institucionalizando a sala de acolhimento

Institucionalização — Deixa de ser um favor; torna-se compromisso da escola; garante continuidade institucional.

Atuação dos professores — Professores como atuantes da política; mediação e ressignificação das diretrizes; construção coletiva.

Reconhecimento das desigualdades — Desigualdades de gênero e raça; responsabilidade compartilhada; inclusão como princípio.

Planejamento e sustentabilidade — Planejamento coletivo; recursos humanos e materiais; continuidade entre gestões.

Concepção pedagógica do cuidado — Cuidado pedagógico; crianças como sujeitos de direitos; acolhimento articulado à permanência.

A incorporação da sala de acolhimento ao PPP transforma o acolhimento em política institucional, fortalece sua continuidade, orienta a ação coletiva da escola e reafirma o direito à educação das estudantes-mães.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS:

4. A *escuta* como elemento de permanência

Na EJA, a escuta pedagógica não é sentimentalismo; muitas vezes, é o único fundamento de permanência que funciona concretamente. E é pré-condição para que a sala de acolhimento faça sentido.

Oliveira (2019, p. 133) descreve a escuta como "o acompanhamento pedagógico do(a) estudante e a capacidade de escuta do outro - esse processo é importante na EJA, pois colabora para o desenvolvimento do(a) educando(a) durante seu processo formativo, e isso envolve percebê-lo(a) enquanto pessoa humana, com suas possibilidades, necessidades e desafios". Trata-se de um etnométodo de permanência: uma prática cotidiana de reconhecimento que produz pertencimento.

Na prática cotidiana das escolas de EJA, a escuta aparece, por vezes, como a única estratégia concreta de permanência que muitos professores conseguem identificar: acolher o estudante, entender por que falta, estimular o retorno. Isso é fundamental, mas também revela uma lacuna grave. Quando a escuta individual do professor é a única rede de segurança disponível, a permanência fica dependente da boa vontade de cada docente, e não de uma política institucional sustentável.

Essa observação aponta para algo essencial: a sala de acolhimento, para ser efetiva, precisa estar inserida numa cultura escolar que já pratica o acolhimento, e não funcionar como dispositivo externo a ela. Uma escuta atravessada pela sensibilidade às questões de gênero e raça torna-se ainda mais capaz de perceber as especificidades das trajetórias das estudantes-mães, suas superposições de vulnerabilidade e os silêncios que as políticas frequentemente não alcançam.

O QUE A ESCUTA PRODUZ

- Reconhecimento da estudante como pessoa humana, não como estatística
- Pertencimento escolar que ancora a permanência
- Percepção precoce de vulnerabilidades que exigem acionamento da rede
- Cultura escolar de acolhimento que dá sentido ao próprio dispositivo físico da sala

A permanência das estudantes-mães na EJA é atravessada por múltiplas condicionantes, tais como: quando a escola do filho não tem aula, quando ele adoece, quando há insegurança no bairro. Tudo isso se reflete na presença ou ausência dela na escola. A escuta pedagógica precisa reconhecer essas camadas.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS:

A *escuta* como elemento de permanência

Escutar não é apenas ouvir, é reconhecer a presença, validar a experiência e construir um vínculo que sustenta a permanência quando tudo o mais empurra para a saída.

A escuta qualificada é um dos elementos mais citados pelas estudantes-mães como fator de permanência. Não se trata de escuta clínica ou terapêutica, mas de uma disposição institucional para acolher as narrativas, os dilemas e as necessidades dessas mulheres sem julgamento e com encaminhamento.

Nas experiências reunidas, a escuta não é atribuição de um único profissional, mas uma postura coletiva da equipe escolar. Professores, coordenadores, profissionais da sala de acolhimento e gestores compartilham a responsabilidade de perceber sinais de desistência, acolher demandas e articular respostas.

Essa escuta tem dimensão pedagógica: permite identificar barreiras que não aparecem nos registros formais (dificuldades com transporte, conflitos familiares, sobrecarga de trabalho doméstico, violência) e mobilizar a rede de apoio antes que a estudante abandone a escola.

A escuta também tem dimensão política. Ao reconhecer as estudantes-mães como sujeitos com voz e experiência válida, a escola rompe com a lógica que historicamente silenciou essas mulheres e as tratou como problema. Escutar é, nesse sentido, um ato de reconhecimento que antecede qualquer intervenção pedagógica.

A escuta se materializa em diferentes dispositivos, tais como: rodas de conversa, acolhimento individual, registros de acompanhamento, reuniões periódicas com as estudantes, entre outros. O importante não é o formato, mas a regularidade e a intencionalidade com que a escuta é praticada.

A *escuta* como elemento para a permanência

Acompanhamento pedagógico — Trajetórias; necessidades individuais; potencialidades e desafios.

Relação de acolhimento — Acolher; compreender ausências; incentivar o retorno à escola.

Sensibilidade às desigualdades — Gênero; desigualdades raciais; trajetórias das estudantes-mães.

Cultura institucional de acolhimento — Acolhimento como cultura escolar; sala integrada ao cotidiano; prática compartilhada.

Permanência escolar — Fortalecimento dos vínculos; continuidade dos estudos; direito à educação efetivado.

Na EJA, a escuta pedagógica constitui um princípio que fortalece vínculos, reconhece as trajetórias das estudantes-mães e cria condições para sua permanência, especialmente quando integrada a uma cultura institucional de acolhimento.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS:

5. A rede de *sociabilidade*

A permanência na EJA muitas vezes não é sustentada por políticas formais, mas por redes informais de apoio mútuo tecidas pelas próprias estudantes. A sala de acolhimento pode se tornar nó organizador dessas redes.

Oliveira (2019,p.113) define a rede de sociabilidade como um *"sistema recíproco de relações estabelecidas entre pessoas para se apoiarem mutuamente, tanto em termos materiais quanto emocionalmente, no intuito de colaborarem para o desenvolvimento da autonomia e do crescimento pessoal."*

Essa rede opera no cotidiano da EJA de formas que frequentemente não são reconhecidas como política, mas que tendem a sustentar a permanência de modo decisivo: a colega que avisa quando há prova, o professor que liga para saber por que a estudante faltou, a mãe que cuida do filho de outra enquanto ela realiza a avaliação.

A sala de acolhimento, nessa perspectiva, não apenas responderia a uma demanda individual, ela poderia **constituir-se como nó dessa rede de solidariedade**, criando condições para que laços de apoio mútuo entre as estudantes-mães sejam tecidos dentro da própria escola. Não por acaso, são as mulheres que costumam ser as principais construtoras e mantenedoras dessas redes, o que indica que o gênero atravessa não apenas o problema, mas também parte das soluções que a própria comunidade escolar vai encontrando.

FORMAS DA REDE NO COTIDIANO DA EJA

- Colega que avisa sobre provas e ausências do professor
- Professor que contata a estudante após falta prolongada
- Mãe que cuida do filho de outra durante avaliação
- Projetos didáticos que articulam saberes de vida ao currículo escolar

O QUE DIZEM AS ESTUDANTES-MÃES

As estudantes-mães da EJA identificam com clareza o que precisam: não apenas uma matrícula garantida, mas um suporte concreto que torne possível estudar enquanto se é mãe. Elas reconhecem quando o Estado está ausente, e reconhecem também, com a mesma clareza, quando a escola faz diferença.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS:

6. Projetos didáticos e *currículo*

A sala de acolhimento não esgota a resposta pedagógica à presença das estudantes-mães na EJA. A escola inteira precisa reconhecer os saberes que essas mulheres trazem e os projetos didáticos são o instrumento privilegiado para fazer isso acontecer na prática.

Oliveira (2019, p. 112) propõe a noção de **atos de currículo**: práticas pedagógicas que "provocam um sentido de permanência entendida como duração e transformação".

Os projetos didáticos, as apresentações teatrais, as aulas-passeio e as rodas de conversa são exemplos de atos de currículo que criam pertencimento. E pertencimento é uma das condições mais concretas da permanência na EJA.

Uma escola que se propõe a acolher os saberes que elas trazem sobre cuidado, sobre trabalho, sobre sobrevivência, sobre **saberes curriculares**, historicamente feminizados, raramente formais. Incorporar esses saberes não é conceder uma exceção, mas reconhecer que o currículo da EJA precisa dialogar com as vidas reais de suas estudantes.

Os projetos didáticos têm uma vantagem pedagógica específica no contexto da EJA, pois permitem trabalhar de forma integrada e diferentes componentes curriculares em torno de temas que fazem sentido para os estudantes. Para as estudantes-mães, isso significa que temas como saúde materno-infantil, direitos sociais, do trabalho e políticas públicas de cuidado podem ser **conteúdo legítimo do currículo, e não apenas** contexto para outros conteúdos.

EXEMPLOS DE PROJETOS DIDÁTICOS PARA A EJA

- **Mapeando o cuidado:** pesquisa sobre quem cuida de quem na comunidade e o que isso revela sobre desigualdades
- **Direitos que existem no papel:** estudo das legislações sobre salas de acolhimento e o que impede sua implementação
- **Histórias de mães que estudaram:** projeto de escuta e registro de trajetórias, articulando língua portuguesa, história e ciências sociais
- **A escola que queremos:** projeto de elaboração participativa do PPP, com foco na inclusão da sala de acolhimento como política coletiva

CURRÍCULO COMO ATO POLÍTICO

Na EJA, o currículo que ignora as condições de vida de seus estudantes não é neutro: é excludente. Incluir as experiências das estudantes-mães como ponto de partida, e não como exceção, é uma decisão curricular com efeitos diretos sobre a permanência. O currículo que acolhe é aquele que reconhece quem está na sala de aula.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS: Projetos didáticos e *currículo*

A sala de acolhimento não existe à parte do currículo: ela se articula com os projetos didáticos da escola, potencializando a permanência ao conectar o cuidado com a formação das estudantes-mães.

A articulação entre a sala de acolhimento e os projetos didáticos da escola é um dos indicadores de qualidade mais relevantes. Quando a sala funciona de forma isolada, desconectada do planejamento pedagógico, ela tenderá a ser percebida como um apêndice útil, mas dispensável em momentos de crise orçamentária ou reorganização institucional.

Por outro lado, quando os projetos didáticos da escola incorporam a presença das crianças e das mães como parte do seu desenho, por exemplo, projetos de leitura que incluem momentos de contação de histórias na sala de acolhimento, ou projetos de saúde que abordam o desenvolvimento infantil, a sala se torna parte orgânica da vida escolar. Essa integração curricular tem efeitos pedagógicos importantes, pois as estudantes-mães deixam de ser vistas apenas como alunas com uma "dificuldade" a ser contornada e passam a ser reconhecidas como sujeitos cujas experiências de maternidade podem enriquecer o processo formativo coletivo. A maternidade, nessa perspectiva, não é obstáculo, podendo ser uma experiência formativa que pode ser pedagogicamente valorizada.

As experiências mais consolidadas mostram que a integração curricular também favorece o engajamento das estudantes, pois quando percebem que a escola reconhece e valoriza sua condição de mães (não como problema, mas como dimensão legítima de suas vidas), elas tendem a desenvolver maior sentimento de pertencimento e menor propensão ao abandono.

O currículo da EJA, por sua natureza flexível e orientada às experiências dos sujeitos, oferece condições especialmente favoráveis para essa integração. Diferentemente do ensino regular, a EJA pode e deve partir das vivências concretas dos estudantes para construir percursos formativos significativos.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS:

7. A dimensão *comunitária* do acolhimento

A permanência na EJA muitas vezes não depende apenas da escola, mas de uma rede de apoio que inclui família, vizinhança, comunidade e políticas públicas articuladas no território.

As estudantes-mães que permanecem na escola frequentemente contam com redes informais de apoio que incluem: avós, vizinhas e amigas. Estas se revezam no cuidado das crianças nos dias em que a sala de acolhimento não funciona ou nos horários em que a escola não oferece atendimento. Essas redes são majoritariamente femininas e racializadas - são outras mulheres negras e periféricas que sustentam, com trabalho não remunerado, a possibilidade de estudo de suas congêneres.

Reconhecer essa dimensão comunitária não significa transferir para a comunidade a responsabilidade que é do Estado. Significa compreender que a política pública de permanência precisa dialogar com as formas de organização já existentes no território, potencializando-as sem sobrecarregá-las.

A sala de acolhimento, nesse sentido, funciona como um nó de uma rede mais ampla que articula o cuidado institucional com o cuidado comunitário, oferece retaguarda quando a rede informal falha e cria condições para que as estudantes não dependam exclusivamente de arranjos precários e instáveis para garantir seu direito à educação.

As experiências mais consolidadas mostram que a sala de acolhimento fortalece os vínculos comunitários ao invés de substituí-los. As mães que se conhecem na sala passam a se apoiar mutuamente fora dela, formando redes de solidariedade que ampliam as possibilidades de permanência para além do espaço escolar.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS: *A intersetorialidade*

A intersetorialidade é fundamento ao mesmo tempo político e pedagógico. A sala de acolhimento dificilmente se sustenta isolada: ela demanda articulação com uma rede mais ampla de políticas. Quatro setores compõem essa rede, e a cada um cabe uma atribuição distinta. **À educação**, integrar a sala ao projeto político-pedagógico, ao calendário e ao planejamento da equipe docente, de modo que ela seja parte da escola e não iniciativa paralela. **À saúde**, os protocolos sanitários, a vacinação, os fluxos para situações de adoecimento e a articulação com as políticas de saúde materno-infantil e de saúde mental. **À assistência social**, o acesso ao CRAS, a comunicação das situações de vulnerabilidade identificadas pela equipe da sala e a articulação com os programas de transferência de renda. **À proteção**, o Conselho Tutelar e a Vara da Infância, acionados quando a garantia de direitos da criança exige medida que ultrapassa a escola. A página seguinte reúne os quatro em infográfico.

Como ponto de partida praticável, recomenda-se a articulação já institucionalizada entre educação e saúde. O Programa Saúde na Escola pode desdobrar-se em parcerias com os postos e as unidades básicas de saúde do território, via que ganha relevância no funcionamento noturno da EJA, quando emergências envolvendo as crianças que acompanham suas mães exigem fluxos pactuados previamente. Esses fluxos devem se construir no diálogo entre a gestão escolar e os equipamentos do território, de forma pactuada e não impositiva, coerente com a perspectiva de atuação que orienta o programa. Os Centros de Educação ao Longo da Vida levam essa articulação a outra escala. Propostos pela VI CONFITEA como equipamentos de referência territorial, reúnem num mesmo espaço salas de acolhimento, recursos de inclusão, brinquedotecas e articulação com CRAS, universidades e Institutos Federais. Interessam ao programa porque situam as materialidades das salas não como soluções pontuais de cada escola, mas como componentes de uma política de permanência integrada ao território.

CENTROS DE EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

O que a escola faz com essa referência: onde já houver Centro de Educação ao Longo da Vida ou proposta de implantação no município, a sala de acolhimento entra na pauta como componente previsto do equipamento, e não como pedido isolado de uma unidade. Onde não houver, a proposta da VI CONFITEA serve de argumento nas instâncias em que a rede discute expansão da EJA.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS

A *intersetorialidade* em síntese

A sala precisa estar integrada a uma rede mais ampla de políticas e serviços que reconheçam a complexidade das condições de vida das estudantes-mães. A seguir, um infográfico que resume a concepção de **intersetorialidade** para a materialização das salas de acolhimento.



EDUCAÇÃO

Integração com a proposta pedagógica da escola, o PPP, o calendário escolar e o planejamento da equipe docente. A sala faz parte da escola, não é uma iniciativa paralela.



SAÚDE

Protocolo para situações de adoecimento, vacinação e condições sanitárias. Articulação com a unidade de saúde mais próxima e com políticas de saúde materno-infantil.



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Acesso ao CRAS e à rede de proteção social. Comunicação de situações de vulnerabilidade identificadas pela equipe da sala. Articulação com benefícios e programas de transferência de renda.



PROTEÇÃO

Responder às múltiplas vulnerabilidades que atravessam a vida das estudantes-mães, por meio do Conselho Tutelar, Vara da Infância, proteção à criança.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS

9. Síntese dos fundamentos

Em síntese, a materialização das salas de acolhimento é precedida por fundamentos políticos e pedagógicos que se constituem em um campo atravessado por tensões entre o direito formalmente reconhecido e as condições de produção da política na prática; entre a demanda coletiva das mulheres trabalhadoras e a insuficiência das respostas institucionais; e entre as concepções pedagógicas que orientam o cuidado qualificado e o risco permanente de sua precarização. Os fundamentos não se apresentaram de forma homogênea: emergiram de maneira fragmentada, contraditória e historicamente situada. Abaixo, um quadro-resumo destes fundamentos. O capítulo seguinte retoma cada uma dessas tensões no plano dos artefatos e das ações que dão corpo à sala.





CATEGORIA 2: Materialidades — Artefatos e Ações

Se a categoria anterior estabeleceu os fundamentos da sala de acolhimento, esta mostra como ela se materializa, formando um **tecido único**. A proposta deixa o plano dos princípios e assume a forma de artefatos, pessoas, rotinas e normas, aquilo que transforma uma intenção de acolhimento em serviço que efetivamente funciona. O capítulo percorre cinco eixos, do espaço físico à verificação final, numa sequência que vai do mais concreto ao mais institucional. Cada eixo pode ser lido de forma autônoma, conforme a necessidade da escola, mas é do conjunto que emerge a diferença entre uma sala que apenas existe e uma sala que acolhe com qualidade.

MATERIALIDADES — Artefatos e Ações

O que *constitui* uma sala de acolhimento

Uma sala de acolhimento não se define apenas pelo espaço que ocupa, mas pelo conjunto de artefatos, relações e práticas que a constituem como lugar de cuidado e permanência.

A organização deste capítulo segue cinco eixos temáticos, cada um abordando uma dimensão específica da materialidade das salas:

Eixo I — Espaço Físico

Sugestões para o ambiente, incluindo organização do espaço, mobiliário, materiais, higiene, alimentação, saúde, segurança e acessibilidade.

Eixo II — Pessoal

Quem são as pessoas que atuam nas salas, qual sua formação, vínculo e condições de trabalho.

Eixo III — Formação

As cinco oficinas previstas, os três públicos que a formação precisa alcançar, o conteúdo esperado de cada oficina e de onde vem o recurso para custá-la.

Eixo IV — Monitoramento

Os instrumentos de registro, a periodicidade de cada um, para onde vai o dado produzido na escola e a quem cabe a coordenação.

Eixo V — Checklist de verificação

A verificação das condições antes de abrir e ao longo do funcionamento, com requisito, critério e método de conferência para cada item.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — *Espaço físico*

O espaço físico é o primeiro elemento que materializa a proposta de acolhimento. Mais do que um local, trata-se de um ambiente pensado para oferecer segurança, conforto e estímulo ao desenvolvimento infantil durante a permanência das crianças na instituição. Os quatro blocos abaixo resumem os campos que serão aprofundados nas páginas seguintes, uma a uma. A página imediatamente a seguir registra a ressalva de método que atravessa os quatro.

I.1 Organização do ambiente

O espaço deve ser dividido em áreas funcionais, a saber: descanso, alimentação, higiene e brincadeira. A disposição do mobiliário deve permitir circulação segura e supervisão constante.

I.2 Mobiliário e materiais

Colchonetes, mesas baixas, cadeiras adaptadas, estantes acessíveis e brinquedos adequados à faixa etária são itens essenciais.

I.3 Higiene e alimentação

A sala deve contar com trocador, pia acessível, espaço para armazenamento de alimentos e utensílios de alimentação individualizados para cada criança.

I.4 Segurança e acessibilidade

Proteção em tomadas, travas em portas e janelas, pisos antiderrapantes e rampas de acesso garantem um ambiente seguro e inclusivo para todas as crianças.



Imagem ilustrativa produzida pelo autor executada através do Claude (2026).

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — *Espaço físico*

importante

Antes de percorrer os quatro blocos apresentados na página anterior, uma ressalva de método. Os parâmetros reunidos aqui não são exigências legais aplicáveis à sala de acolhimento. Nenhuma norma federal fixa área mínima, iluminação ou mobiliário para salas destinadas aos filhos de estudantes da EJA. O que existe é um conjunto de referências técnicas produzidas para outros contextos, sobretudo a educação infantil, e um conjunto de leis municipais que tratam da criação das salas sem descer ao detalhe construtivo que aqui traduzimos.

A escolha feita é apresentar esses parâmetros como material para auxiliar as decisões, e não como lista de obrigações. Cada bloco reúne quatro campos. O primeiro enuncia o que se busca, em termos qualitativos. O segundo apresenta os números disponíveis, com a fonte identificada. O terceiro registra o que a legislação e os dados da pesquisa já estabelecem. O quarto propõe perguntas, e não respostas, porque a escala, o público e as condições de cada escola são diferentes.

Essa forma de apresentação é coerente com o referencial do programa. Para Ball, Maguire e Braun (2012), os artefatos são constitutivos da atuação política, e a política se materializa por meio de traduções situadas, não pela aplicação de um modelo. Entendemos que mesmo um parâmetro que chega pronto e fechado será reinterpretado. Um parâmetro que chega com a pergunta que o originou pode ser recalculado pela escola.

Uma advertência atravessa os quatro blocos. As salas de acolhimento na EJA atendem crianças de zero a oito anos e onze meses, faixa mais ampla do que a da educação infantil (Ferreira, 2014, p. 43). As referências do FNDE cobrem até cinco anos e onze meses. Para as crianças maiores, os números funcionam como piso, nunca como teto, e várias decisões precisarão ser tomadas sem parâmetro disponível.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — Espaço físico

I.1 Organização do ambiente

A sala de acolhimento pode compor em seu espaço várias atividades sobrepostas. Surge como questão é fazer caber, no mesmo perímetro, quem dorme, quem come, quem brinca e quem é trocado, sem que uma atividade inviabilize a outra.

O que se busca

Setorização funcional com supervisão visual contínua. As quatro áreas são descanso, alimentação, higiene e brincadeira. A separação entre elas nem sempre é física: pode ser feita por mobiliário, por tapete, por iluminação diferenciada ou pela organização do tempo, quando a metragem não permite divisórias. Nas experiências mapeadas, a delimitação por tapete e por painel aparece com mais frequência do que a delimitação por parede.

Parâmetros de referência

Parâmetro	Referência técnica
Área por criança, atividade	1,50 m ² como mínimo, 2,00 m ² como área recomendada
Área por criança, repouso	2,00 m ² como mínimo, 2,50 m ² como área recomendada
Área por berço	2,50 m ² , com 0,50 m de circulação entre berços
Pé-direito	de 2,70 m a 3,00 m, conforme a zona bioclimática
Iluminação natural	abertura equivalente a 1/6 da área do piso
Iluminação artificial	300 lux em atividade e berçário; 200 lux em amamentação e fraldário
Ventilação natural	abertura equivalente a 1/16 da área do piso
Vedação acústica	45 dB entre salas contíguas; 40 dB na parede cega do berçário voltada para circulação
Agrupamento de referência	10 crianças de 3 a 11 meses; 16 de 1 ano; 20 de 2 a 3 anos; 24 de 4 a 5 anos

Fonte: autores (2026)

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — *Espaço físico*

O que a norma e os dados já dizem

Seguindo os padrões de referência, há a descrição do espaço como arejado, limpo e seguro, com capacidade de trabalho para crianças de zero a oito anos e onze meses, e acrescenta uma qualidade que não é estrutural: que as salas sejam atrativas para essas crianças (Ferreira, 2014, p. 43). A legislação municipal, quando existe, opera por interdição em vez de prescrição, estabelecendo que a sala não pode ser instalada próxima a espaços com riscos de qualquer natureza (Rio de Janeiro, Lei nº 6.423/2018; Porto Velho, Lei nº 2.937/2022). Nenhum dos dez documentos levantados fixa metragem.

As Orientações Técnicas dos serviços de acolhimento acrescentam um princípio que organiza o ambiente sem falar de metragem: o de que a atitude receptiva e acolhedora deve estar presente no momento da chegada, e não apenas durante a permanência (Brasil, 2009). Isso desloca parte do projeto para a porta, o corredor e o primeiro minuto.

Perguntas para adaptar à escola

- Quantas crianças, de quais idades e em qual turno? A conta de área começa pela demanda levantada, e não pelo tamanho da sala que sobrou.
- O que acontece quando uma criança dorme e outra brinca ao mesmo tempo? Há biombo, tapete, mudança de iluminação, ou o recurso será a organização do tempo?
- Existe um ponto da sala de onde toda a área seja visível por um adulto?
- Se a metragem disponível não atinge o mínimo, isso define um teto de crianças por turno. Esse teto foi calculado e comunicado?

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — Espaço físico

I.2 Mobiliário e materiais

O mobiliário é indicativo de busca por autonomia que a criança poderá ter. E o repertório lúdico auxilia para ser uma sala de acolhimento no lugar de ser onde se guardam crianças.

O que se busca

Três coisas ao mesmo tempo: mobiliário na escala da criança, superfícies de chão que suportem o modo como a criança pequena efetivamente ocupa o espaço, e um repertório lúdico plural, acessível e reposto.

I.2.1 O mobiliário na escala da criança

Somadas à lista já apresentada, com colchonetes, mesas baixas, cadeiras adaptadas, estantes acessíveis e brinquedos, são as medidas que permitem verificar se o que a escola tem serve.

Parâmetro	Referência técnica
Bancada de trocador	1,00 m de comprimento por 0,70 m de largura, a 0,90 m do piso
Circulação entre berços	0,50 m
Barra junto a espelhos* (caso estes já estejam instalados)	barra metálica cilíndrica fixada a 0,45 m do piso
Peitoril de janela	de 0,50 m a 0,70 m nas salas de atividade e berçário, com tela de proteção
Tomadas	não instaladas em posição baixa
Iluminação regulável	luminárias com dimer no berçário e nas áreas de repouso
Portas	com visor de vidro e abertura no sentido de saída da sala
Maçanetas, torneiras e registros	força de acionamento até 10 N e torque até 20 Nm

Fonte: autores (2026)

**Apesar do corpo das orientações técnicas indicar proteção de barra juntos aos espelhos, entendemos que não seja o mais adequado para as salas de acolhimento.*

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — *Espaço físico*

Cabe registrar: escolas que atendem exclusivamente o Ensino Fundamental 2 costumam não dispor de utensílios, talheres ou mobiliário na escala da criança pequena. Todo o mobiliário da unidade foi comprado para corpos de outro tamanho. O levantamento desse déficit precede a abertura da sala e não deveria ser descoberto no primeiro dia de funcionamento.

1.2.2 Características do chão

Nas experiências levantadas, a superfície principal de atividade é o chão, e não a mesa. No Programa Crescendo Juntos, no Amapá, aparecem tapetes, gramado e brincadeira livre com tapete de EVA e variedade de brinquedos para diferentes faixas etárias. Na sala CEREJA, em Curitiba, a brincadeira livre acontece no chão, com estruturas de cabana. No IFALzinho, a atividade em roda com o educador também se dá no plano baixo. Isso muda a função dos parâmetros de piso, e explica por que as rodas de conversa observaram que o antiderrapante não precisa ser fixo, bastando o emborrachado. Se a criança passa a maior parte do tempo deitada, sentada ou engatinhando, o coeficiente de atrito deixa de ser critério de quem anda e passa a ser critério de quem se apoia com a mão para levantar. As pesquisas recusaram o berço, por estar em desuso nas creches, e indicaram o colchonete, que permite à criança circular.

Elemento	O que considerar
Coeficiente de atrito do piso	igual ou superior a 0,4, com o corpo apoiado e não só com o pé
Regularidade do piso	desníveis abruptos de até 2 mm e frestas de até 4 mm
Tapete como delimitador	demarca zona funcional sem exigir parede, resolvendo a setorização do Bloco 1
Tapete como conforto térmico	isola do piso frio, que é onde o corpo pequeno perde calor
Tapete como amortecimento	a queda da criança que aprende a andar acontece no chão, não na mesa
Higienização da superfície	a escolha entre EVA, tapete têxtil e grama sintética é, sobretudo, uma decisão de limpeza
Peitoril entre 0,50 m e 0,70 m	garante campo visual para quem está no plano baixo

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — *Espaço físico*

I.2.3 O repertório lúdico

Possíveis recursos para o repertório lúdicos são jogos, brinquedos, livros e massinhas. A exigência é que atendam a todas as idades presentes (Ferreira, 2014, p. 43). A primeira é que o repertório é plural por definição, e a pluralidade não é de quantidade, é de natureza. Cada recurso mobiliza uma coisa distinta. O jogo pressupõe regra e, quase sempre, parceiro. O brinquedo admite uso solitário e uso simbólico. O livro depende de mediação do adulto ou de autonomia leitora já constituída. A massinha é manipulação sem produto final obrigatório, e por isso acolhe quem não quer produzir nada. Uma sala que tem muito de uma categoria e nada das outras atende mal, mesmo estando cheia.

A segunda é que a variedade responde à faixa etária, e não ao volume. A sala atende de zero a oito anos e onze meses. Um acervo inteiramente comprado pensando em bebês deixa a criança de sete anos sem nada para fazer, e a criança sem nada para fazer é a que produz o problema de conduta que depois se atribui a ela.

Área, mobiliário e cronograma podem ser ajustados às condições de cada unidade. O repertório lúdico e a mediação do adulto, não. Na ausência deles, o atendimento se reduz à guarda da criança, e a sala perde a característica que a define como ação educacional.



Foto: Aog Rocha / GEA. Programa Crescendo Juntos, Amapá: sala completa com gramado, tapetes, berço, mesas e painel temático.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — *Espaço físico*

As experiências mapeadas mostram que esse repertório se realiza segundo três modos de organização, e que os três coexistem nas salas mais estruturadas.

Modo de organização	Como aparece nos dados
Brincadeira livre	estruturas de cabana no chão, como nas salas do CEREJA, em Curitiba, favorecendo autonomia e criatividade; tapete de EVA com variedade de brinquedos, no Amapá
Atividade estruturada por faixa etária	educadoras acompanhando crianças em atividades nas mesas, no Programa Crescendo Juntos; atividade com massinha em mesas adaptadas, em Mesquita
Mediação em roda	atividade em roda com educador e crianças, no IFALzinho; momento de leitura conduzido pela educadora, em Mesquita

Fonte: autores (2026)

O exemplo abaixo ilustra as condições de ludicidade. O acervo de livros aparece no IFALzinho disponível para brincadeira e para estimulação da leitura desde a primeira infância, o que significa livro ao alcance da mão, para ser manuseado, e não livro guardado para ser lido em momento autorizado. A diferença está na altura da estante. E o recurso audiovisual aparece no Amapá descrito como parte do repertório lúdico, formulação que vale preservar: ele é um item entre outros, e o problema não é a sua presença, é a sua substituição do restante.

As Orientações Técnicas dos serviços de acolhimento oferecem o princípio que amarra tudo isso: o fortalecimento gradativo da autonomia (Brasil, 2009). Aplicado ao acervo, esse princípio tem consequência material direta. Material que só o adulto alcança produz dependência. Material ao alcance da criança produz escolha.



Fonte: Perfil de Instagram do IFALzinho, IFAL Campus Marechal Deodoro (AL), 2025. Indica acervo de brinquedos e livros.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — *Espaço físico*

Perguntas para adaptar à escola · mobiliário e materiais

- Que mobiliário a escola já tem, e em que escala? O inventário vem antes da lista de compras.
- As quatro categorias de material estão presentes, ou o acervo é abundante em uma e vazio nas outras?
- Há material que uma criança de sete ou oito anos escolheria por vontade própria, ou tudo foi pensado para bebês?
- Os três modos de organização são possíveis na sala, ou o espaço e a equipe só permitem um deles?
- O acervo está na altura da criança ou depende do adulto? A resposta define o tipo de estante.
- O audiovisual está no repertório ou tomou o lugar dele? Qual é o critério de uso, e quem o define?
- Quem repõe o material de consumo, com qual recurso e em qual periodicidade? Sem essa resposta, o acervo se degrada em um semestre.
- Qual superfície de chão foi escolhida, e ela se limpa depois de alimento derramado?
- Os brinquedos atendem aos padrões de segurança que a própria legislação municipal invoca, sobretudo quanto a peças pequenas?
- O mobiliário permite reconfigurar a sala ao longo do turno, ou fixa um único arranjo?

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — *Espaço físico*

I.3 Higiene e alimentação

O turno noturno da EJA atravessa horários que, na rotina da criança, já têm função definida. Higiene e alimentação são as decisões em que essa sobreposição precisa ser resolvida de modo explícito.

O que se busca

Rotinas que não dependam de doação nem de improviso, que não transformem a sala em extensão da cozinha ou do banheiro, e que respondam a três situações alimentares distintas convivendo no mesmo turno. O que aqui se acrescenta é o dimensionamento, o estatuto jurídico da alimentação e a diferenciação por faixa etária.

I.3.1 Higiene

Parâmetro	Referência técnica
Fraldário, área	cerca de 2,00 m ² por criança, considerando revezamento de 30%
Fraldário, conforto	iluminação natural de 1/10, 200 lux artificiais, ventilação de 1/20
Bancada de trocador	1,00 m por 0,70 m, a 0,90 m do piso
Piso	coeficiente de atrito dinâmico igual ou superior a 0,4
Piso, regularidade	desníveis abruptos de até 2 mm e frestas de até 4 mm

Fonte: autores (2026)

Duas observações que a amplitude etária impõe. A primeira é que a sala reúne, ao mesmo tempo, criança que usa fralda e criança que usa o vaso sanitário sozinha, e o dimensionamento do fraldário considera revezamento, o que só faz sentido se a rotina de troca for escalonada e não simultânea. A segunda é que a criança maior precisa de acesso a banheiro, e a distância entre a sala e o banheiro passa a ser um dado de projeto, e não um detalhe.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — *Espaço físico*

I.3.2 Alimentação: lanche, refeição e o horário noturno

As crianças atendidas nas salas de acolhimento têm direito a lanche ou refeição com qualidade compatível com a exigida no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Ferreira, 2014, p. 43). O direito está fixado; a escolha entre lanche e refeição, não. Ela é decisão da escola, e depende de três variáveis que o e-book precisa nomear.

A primeira é o horário. O turno noturno da EJA atravessa o horário do jantar. Uma criança que entra na sala no início da noite e sai no fim dela passa, ali dentro, o momento em que jantaria. Lanche resolve a fome imediata; não resolve a refeição perdida. Onde o turno é mais curto ou começa mais tarde, a conta muda.

A segunda é a faixa etária, e aqui convivem três situações no mesmo espaço. O lactente demanda leite, com preparo e conservação próprios, e o Manual do FNDE trata lactário e sala de amamentação como ambientes distintos, cada um com seus parâmetros, o que indica que preparo de mamadeira e amamentação não são a mesma função nem ocupam o mesmo canto. A criança pequena, já desmamada, demanda alimento adaptado em consistência e porção. E a criança de seis a oito anos e onze meses chega tendo estudado o dia inteiro na própria escola, e chega no fim do dia dela, não no começo.

Ao ancorar a qualidade no padrão exigido pelo PNAE, a alimentação se desloca do campo da doação e da arrecadação para o do direito e, por consequência, da previsão orçamentária. A criança acolhida é a partícipe da unidade, e não visitante: entra no cardápio, no cálculo e no planejamento de compra.

Situação	O que ela demanda
Lactente	leite, com preparo e conservação próprios; lactário e espaço de amamentação são funções distintas
Criança pequena	alimento adaptado em consistência e porção, e utensílio na escala da mão
Criança de 6 a 8 anos e 11 meses	chega ao fim de um dia inteiro de escola; o turno noturno atravessa o horário do jantar
Todas	utensílios individualizados, com estrutura prevista para lavagem e guarda

Fonte: autores (2026)

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — *Espaço físico*

Perguntas para adaptar à escola · higiene e alimentação

- O turno atravessa o horário do jantar? Se atravessa, lanche resolve ou apenas adia?
- Em que condição alimentar chega a criança maior, que já passou o dia na escola dela?
- É possível diferenciar a oferta por faixa etária sem produzir desigualdade visível entre as crianças da mesma sala?
- A cozinha da unidade funciona no turno da noite? Quem prepara, quem serve, quem registra?
- Onde se prepara e se conserva o leite do lactente? A função existe em algum lugar, mesmo que não haja lactário.
- As crianças estão no cardápio e no cálculo de repasse da unidade, ou são contabilizadas como sobra do que se serviu aos estudantes?
- Quem registra restrições alimentares e alergias, e esse registro está com a equipe da noite ou ficou com a equipe do dia?
- Onde a criança come? Na sala, no refeitório, em qual momento em relação à aula da mãe?
- Há água potável ao alcance da criança sem intermediação do adulto?
- Quem lava os utensílios individualizados, onde e com que estrutura?

I.4 Segurança e acessibilidade

Este bloco trata de duas dimensões que costumam ser planejadas em separado. A primeira é o controle de risco dentro da sala. A segunda é a condição de acesso, que começa no portão e alcança tanto a criança quanto o adulto que a acompanha.

O que se busca

Um ambiente em que o risco esteja controlado por projeto, e não por vigilância permanente do adulto, e em que o percurso até a sala seja tão pensado quanto a sala. O que se acrescenta são os critérios que tornam verificáveis a proteção em tomadas, as travas, o piso antiderrapante e as rampas, e a extensão da acessibilidade ao trajeto e ao adulto responsável.

Parâmetros de referência

Parâmetro	Referência técnica
Piso, aderência	coeficiente de atrito dinâmico igual ou superior a 0,4
Piso, regularidade	desníveis abruptos de até 2 mm e frestas de até 4 mm
Peitoril de janela	de 0,50 m a 0,70 m, com tela de proteção do tipo mosquiteiro
Portas	com visor de vidro e abertura no sentido de saída da sala
Dispositivos de manobra	força de acionamento até 10 N e torque até 20 Nm
Circulações	sem degraus ou obstáculos, considerando chegada no colo ou em carrinho
Vedação acústica	45 dB entre salas contíguas

Fonte: autores (2026)

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo I — *Espaço físico*

O que a norma e os dados já dizem

Os parâmetros indicados pelas legislações municipais são mais explícitos neste bloco do que em qualquer outro. A sala não pode ser instalada próxima a espaços com riscos de qualquer natureza e deve atender aos padrões de segurança, incluindo os definidos pela ABNT quando aplicáveis (Rio de Janeiro, Lei nº 6.423/2018; Porto Velho, Lei nº 2.937/2022). Mesmo nas redes sem legislação específica, esse critério permanece como orientação de planejamento, porque decorre da responsabilidade da unidade sobre a criança que ali está.

Vale observar o que a formulação legal deixa em aberto. Ela diz o que evitar, não o que garantir. A distância considerada segura, os espaços que contam como de risco e o que fazer quando não há sala distante o bastante permanecem como decisão da escola, e é exatamente aí que se abre o espaço de tradução.

A exigência de atender aos padrões de segurança é genérica e costuma ser lida como referente à edificação: piso, instalações elétricas, travas e protetores de tomada. Numa sala que atende de zero a oito anos e onze meses, porém, parte do risco não está na construção, e sim no que circula dentro dela. O objeto adequado à criança de sete anos pode ser perigoso para quem ainda leva tudo à boca, e nenhum dos itens de proteção habitualmente listados alcança esse caso.

Perguntas para adaptar à escola · segurança e acessibilidade

- O trajeto entre o portão e a sala é percorrível à noite, com criança no colo e mochila nas costas? Há iluminação em todo o percurso?
- Onde ficam quadro de energia, depósito de material de limpeza, escada, laboratório e quadra? Qual a distância real até a sala cogitada?
- A rota de evacuação considera crianças que ainda não andam? Quantos adultos seriam necessários?
- Quem tem a chave da sala, e o que acontece se ela precisar ser evacuada enquanto as mães estão em aula em outro andar?
- As travas e proteções instaladas restringem o risco ou restringem a criança? Há diferença entre proteger e confinar.
- Como se separa, na mesma sala, o brinquedo com peça pequena da criança que ainda leva tudo à boca?
- A acessibilidade prevista alcança também a mãe com deficiência ou com mobilidade reduzida, e não apenas a criança?

Nota de fechamento

Os quatro blocos não formam um requisito de abertura. Nenhuma escola no país reúne todos esses parâmetros, e a exigência de reuni-los antes de começar tem funcionado, na prática, como argumento para não começar. O que os números oferecem é outra coisa: a possibilidade de dizer com precisão o que se tem, o que falta e a que distância se está, transformando a reivindicação difusa por melhores condições em pedido específico e orçável.

Há, porém, um item que não é negociável. Metragem se adapta, mobiliário se improvisa, cronograma se ajusta. O repertório lúdico e a mediação do adulto, não. Sem eles, o que resta é guarda de criança, e a política perde exatamente aquilo que a justifica como política educacional.

É esse deslocamento, do desejável ao mensurável e do mensurável ao inegociável, que permite à escola ocupar o espaço entre o contexto de produção do texto e o contexto da prática, que é onde, segundo Ball, Maguire e Braun (2016), a política de permanência efetivamente se decide.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo II — *Pessoal*

Uma sala de acolhimento só é possível de existir quando há pessoas para fazê-la funcionar. A composição da equipe, a formação dos profissionais e as condições de trabalho são tão determinantes quanto o espaço físico e frequentemente mais difíceis de garantir sem mobilização política.

⚠ importante

A advertência do Eixo I vale aqui com mais força. Nenhuma norma federal fixa quadro de pessoal, razão entre adultos e crianças, remuneração ou carga horária para salas de acolhimento na EJA. O que existe são referências produzidas para outros contextos, um conjunto de leis municipais que criam as salas sem detalhar quem as opera, e um programa federal que financia formação sem definir cargo.

A estrutura de quatro campos se repete: o que se busca, os parâmetros disponíveis com a fonte identificada, o que a norma e os dados já dizem, e as perguntas que cada escola precisa responder. Onde não há parâmetro, o material registra a ausência em vez de propor um número sem lastro.

Há uma diferença de natureza entre este eixo e o anterior. No Eixo I, o que falta são recursos e metros quadrados, e ambos admitem solução gradual. Aqui, o que falta é cargo. Enquanto ele não existe na rede, qualquer arranjo transfere para alguém a diferença entre o trabalho realizado e a condição em que ele é contratado. Por isso este é o eixo em que a distância entre a garantia formal e a barreira real se torna mais visível.

MATERIALIDADES — ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo II - *Pessoal*

Aqui se apresenta em síntese quem trabalha na sala de acolhimento, com que formação, sob que vínculo e em que quantidade. Temas serão retomados em detalhe nas páginas seguintes.

EQUIPE DE APOIO

FUNÇÕES

- Higienização e organização do espaço;
- Apoio em necessidades básicas das crianças;
- Acompanhamento das rotinas de entrada e saída;
- Apoio logístico às educadoras.

EDUCADORES / MONITORES

FORMAÇÃO

- Licenciatura em Pedagogia;
- Normal Superior;
- Magistério Superior.

GESTÃO E COORDENAÇÃO

COMPOSIÇÃO

- Coordenador(a) geral do programa;
- Assistente pedagógico;
- Comissão com diretoria de EJA e secretaria de administração.

RESPONSABILIDADES

- Selecionar e designar profissionais;
- Garantir articulação intersetorial (educação, saúde, assistência social);
- Incluir a sala no Projeto Político-Pedagógico da escola;
- Supervisionar o funcionamento das salas.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo II - *Pessoal*

ORGANIZAÇÃO

REQUISITOS E SELEÇÃO

- Conhecimentos básicos de desenvolvimento infantil;
- Experiência prévia em Educação Infantil (critério de seleção);
- Disponibilidade para atuar no período noturno;
- Seleção interna com critérios claros e pontuação pública.

QUANTITATIVO MÍNIMO

- Ao menos 2 profissionais por sala;
- Profissional adicional quando houver crianças em situação de inclusão;
- Redução do número máximo de crianças por turma em casos de inclusão.

VÍNCULO TRABALHISTA

- Preferencialmente estatutários ou com vínculo estável;
- Evitar contratações temporárias e precarizadas;
- Remuneração compatível com a complexidade da função.

A QUESTÃO DO VÍNCULO POR QUE ISSO IMPORTA

- Profissionais sem vínculo estável são facilmente removidos;
- A descontinuidade afeta diretamente a qualidade do cuidado;
- Concurso público é o modelo mais seguro para a política;
- Sem concurso, o cuidado tende a ser feminizado e precarizado, transferindo o custo de um grupo de mulheres para outro (Mendonça; Passos, 2020).

GÊNERO NA PROVISÃO DO CUIDADO

As estudantes que necessitam da sala de acolhimento são majoritariamente mulheres, e mulheres negras. Quando o quadro de pessoal se sustenta em contrato precário ou em voluntariado, o custo do cuidado é transferido de um grupo de mulheres para outro, em vez de assumido como responsabilidade pública. A sala existe para que a maternidade deixe de operar como barreira à escolarização, e essa finalidade fica comprometida se o seu funcionamento depender da instabilidade de quem presta o cuidado.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo II - *Pessoal*

Atribuições da equipe

As funções dos profissionais da sala de acolhimento são mais complexas do que parecem à primeira vista, e precisam ser compreendidas por toda a equipe escolar.

PEDAGÓGICAS E LÚDICAS

- Planejar atividades lúdicas e recreativas por faixa etária;
- Ler histórias e propor jogos educativos;
- Estimular convivência e socialização;
- Promover conforto emocional durante o período de acolhida.

CUIDADO E BEM-ESTAR

- Zelar pela segurança física e emocional das crianças;
- Supervisão permanente das crianças, em faixa etária que vai de 0 a 8 anos e 11 meses conforme o padrão federal, podendo chegar a 10 ou 12 anos em municípios com legislação própria;
- Apoio em higiene, alimentação e rotina de descanso;
- Garantir jantar balanceado adequado à faixa etária;
- Verificar particularidades individuais (alergias e restrições);
- Receber e entregar crianças apenas aos responsáveis matriculados.

ADMINISTRATIVAS E DE REGISTRO

- Controlar a presença das crianças;
- Conferir documentação no ingresso;
- Preencher fichas de cadastro e prontuários;
- Reportar ocorrências aos responsáveis e à direção;
- Manter registros das atividades desenvolvidas.

ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

- Comunicar situações de vulnerabilidade identificadas;
- Acionar serviços da rede quando necessário;
- Participar de ações de acompanhamento psicossocial;
- Colaborar na garantia da permanência escolar das mães;
- Articular com equipes de saúde e assistência social.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo II — *Pessoal*

Composição e quantitativo da equipe

Este bloco trata de duas perguntas que costumam ser tratadas como uma só: quantas crianças a sala comporta e quantos adultos ela exige. A primeira tem referência técnica disponível. A segunda não tem, e o material indica onde a decisão fica a cargo da escola.

O que se busca

Uma equipe cujo tamanho decorra da composição etária da demanda e da rotina prevista para o turno. O Produto Educacional já estabelece o piso de ao menos dois profissionais por sala, profissional adicional quando houver criança em situação de inclusão e redução do número máximo de crianças por turma nesses casos. O que se acrescenta aqui é o raciocínio que sustenta esse piso e a identificação do intervalo em que não existe parâmetro.

A razão de serem dois, e não um, é de rotina antes de ser pedagógica. Uma criança precisa ir ao banheiro, outra passa mal, uma responsável chega fora do horário e precisa ser recebida na entrada. Com um único adulto, qualquer dessas situações deixa a sala sem supervisão enquanto durar. O segundo profissional é a condição para que o primeiro possa se ausentar sem interromper o funcionamento.

Parâmetros de referência

O único parâmetro numérico disponível no material da pesquisa trata de crianças por ambiente, e não de adultos por criança. Vem do Manual de Orientações Técnicas do FNDE e foi construído para a educação infantil, onde cada agrupamento conta com equipe própria.

Agrupamento	Ocupação máxima por sala
3 a 11 meses	10 crianças
1 ano a 1 ano e 11 meses	16 crianças
2 anos a 3 anos e 11 meses	20 crianças
4 anos a 5 anos e 11 meses	24 crianças
Sala multiuso	capacidade mínima equivalente à da maior turma, 24 pessoas

Fonte: autores (2026)

Três consequências, apresentadas como leitura possível e não como norma. A primeira é que a faixa etária não é a mesma em todos os documentos: o decreto federal do Projovem Urbano fala em zero a oito anos, a Lei nº 6.423/2018 do Rio de Janeiro delimita de um a oito anos, e a revisão de literatura registra zero a oito anos e onze meses (Ferreira, 2014, p. 43). Saber qual recorte a rede adota é a primeira decisão, porque dela depende haver ou não lactente na sala. A segunda é que, havendo lactente, o agrupamento mais restritivo presente tende a governar o total, porque a presença dele altera a demanda de atenção de todo o espaço. A terceira é que, qualquer que seja o limite inferior, os agrupamentos do FNDE param em cinco anos e onze meses. Acima dessa idade não existe referência disponível, e a lei municipal, ao falar em dimensões razoáveis, devolve expressamente a definição à escola.

O que a norma e os dados já dizem

As Orientações Técnicas dos serviços de acolhimento apresentam recursos humanos separadamente para cada modalidade de atendimento, sempre na mesma sequência: definição do serviço, público-alvo, aspectos físicos, recursos humanos e infraestrutura. Os números de cada modalidade não se transferem para a EJA, porque descrevem outro tipo de serviço. A sequência de apresentação, no entanto, é aproveitável: ela estabelece que se defina para que serve o serviço antes de definir quem trabalha nele.

Nos registros das experiências mapeadas, a presença de mais de um adulto aparece documentada. No Programa Crescendo Juntos, no Amapá, há registro de educadoras acompanhando crianças em atividade nas mesas e de sala em funcionamento com múltiplas mesas e educadores atuando. No IFALzinho, a atividade em roda ocupa um educador junto ao grupo. Em Mesquita, o momento de leitura é conduzido por uma educadora.

Cabe conectar este eixo ao anterior. Os três modos de organização identificados no repertório lúdico do Eixo I, que são a brincadeira livre, a atividade estruturada por faixa etária e a mediação em roda, exigem posturas distintas do adulto. A mediação em roda ocupa integralmente um profissional junto ao grupo. A brincadeira livre exige atenção distribuída pelo espaço. Quando os três modos coexistem no mesmo turno, como os registros indicam, o piso de dois profissionais corresponde ao mínimo de funcionamento e não a uma condição confortável.

Perguntas para adaptar à escola · composição e quantitativo

- Qual a composição etária da demanda levantada? Há lactentes? A resposta altera o teto de crianças por turno.
- Com dois profissionais, o que está previsto para o momento em que um precisa deixar a sala? Esse momento foi planejado ou é tratado como imprevisto?
- Quantos adultos cada um dos três modos de organização exige, e esse número cabe no quadro disponível?
- Há criança em situação de inclusão? O profissional adicional foi solicitado formalmente, e a quem?
- Existe cobertura prevista para falta, licença ou férias, ou a ausência de um profissional interrompe o funcionamento da sala?
- A equipe de apoio, responsável por higienização, apoio às necessidades básicas das crianças, rotinas de entrada e saída e apoio logístico, está contabilizada à parte dos dois profissionais?
- Para as crianças acima de cinco anos e onze meses, que critério a escola adotou para definir o número máximo, já que não há referência disponível?

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo II — *Pessoal*

Formação e seleção

Este bloco trata da qualificação exigida da equipe e do processo que a sustenta ao longo do tempo. É o único bloco do eixo em que há recurso federal previsto e nomeado.

O que se busca

Uma equipe com formação compatível com a natureza pedagógica do trabalho, selecionada por critério público e com formação continuada prevista desde o início. O Produto Educacional sugere a formação mínima: licenciatura em Pedagogia, Normal Superior ou Magistério Superior, conhecimentos básicos de desenvolvimento infantil, experiência prévia em Educação Infantil como critério de seleção, disponibilidade para atuar no período noturno e seleção interna com critérios claros e pontuação pública.

O que se acrescenta é a estrutura que organiza esse processo no tempo e a indicação de onde existe recurso previsto para custá-lo.

Os três momentos do processo

As Orientações Técnicas dos serviços de acolhimento dividem a gestão do trabalho em três momentos distintos: seleção, capacitação e formação continuada. A distinção é útil porque os três costumam ser tratados como um só. A seleção define quem entra. A capacitação prepara para o início do trabalho. A formação continuada sustenta o trabalho ao longo do tempo. Uma escola que realiza seleção pública e capacitação inicial, sem prever formação continuada, resolve o primeiro ano e não o seguinte.

O mesmo documento traz item específico sobre a definição do papel e a valorização dos educadores e cuidadores. A presença desse item indica que a indefinição de função é problema reconhecido no campo, e não descuido de uma rede em particular. Sem descrição do que cabe a cada profissional, a atribuição tende a se expandir até ocupar tudo o que não tem responsável definido.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo II — *Pessoal*

De onde vem o recurso para formação

A formação continuada raramente é custeada pelo orçamento próprio da unidade. Ela costuma depender de programas de âmbito federal ou estadual voltados à EJA, que operam por adesão do ente federado: a rede decide participar, e só então as ações chegam às escolas. Isso coloca a formação na mesma condição do vínculo. Existe recurso, e ele depende de uma decisão que não é da escola.

A consequência é dupla. Onde a rede aderiu, a equipe precisa saber que a formação está disponível e reivindicá-la, porque oferta ampla costuma ser distribuída por demanda. Onde não aderiu, a formação da equipe é um argumento a mais na pauta da adesão, e não um problema interno da unidade.

O que verificar	Onde confirmar
Qual programa de formação em EJA está vigente	Canais oficiais da rede e do órgão federal
Se a rede aderiu ao programa	Secretaria municipal ou estadual de educação
Que ações a adesão contempla	Termo de adesão ou plano de trabalho da rede
Quem distribui as vagas	Coordenação ou diretoria de EJA da rede
Prazos de inscrição e período de vigência	Cronograma do programa

Fonte: autores (2026)

Convém que a escola saiba responder a três perguntas antes de planejar a formação: qual programa está vigente, se a rede aderiu, e quem responde pela distribuição das vagas na secretaria. Sem essas respostas, o planejamento fica sujeito ao acaso da oferta. Definido o preparo, resta a condição em que esse trabalho é contratado.

Perguntas para adaptar à escola · formação e seleção

- A seleção foi feita com critério publicado e pontuação conhecida, ou por convite? A resposta define a legitimidade da equipe diante do coletivo escolar.
- Houve formação antes do primeiro dia de funcionamento?
- A formação continuada tem periodicidade definida e responsável nomeado, ou depende de oportunidade que apareça?
- O papel de cada profissional está descrito por escrito? Quem responde pelo quê quando algo não ocorre como previsto?
- Há articulador regional de gestão e formação atuando no território, e a escola sabe quem é?
- A experiência prévia em Educação Infantil está sendo usada como critério de pontuação ou como exigência eliminatória? A diferença altera quem pode se candidatar.

Vínculo, jornada e condições de trabalho

Este bloco trata das condições em que o trabalho da sala é contratado e realizado. É o ponto em que as recomendações do programa e o recurso federal disponível apontam em direções distintas, e essa divergência precisa ser conhecida por quem decide.

O que se busca

Vínculo estável, jornada compatível com o turno noturno e remuneração proporcional à complexidade da função. O Produto Educacional já registra a preferência por profissionais estatutários ou com vínculo estável, a recomendação de evitar contratações temporárias e precarizadas e a exigência de remuneração compatível com a complexidade da função.

Quadro comparativo

O quadro abaixo reúne as modalidades de alocação possíveis, com o que cada fonte registra sobre elas. Não se trata de avaliação jurídica das modalidades, e sim do confronto entre o que este programa traduziu e o que o financiamento federal prevê.

Modalidade de alocação	O que ela sustenta e o que ela não sustenta
Servidor efetivo ou vínculo estável	sustenta continuidade, acúmulo de formação e responsabilização; depende de cargo existente na rede
Contrato temporário	resolve o início do funcionamento; não sustenta formação continuada nem vínculo com as famílias
Bolsa de educador popular	existe recurso federal previsto; não constitui vínculo empregatício nem carreira
Voluntariado	não deve compor o quadro mínimo, pela mesma razão que a legislação exige responsabilidade da unidade sobre a criança

Fonte: autores (2026)

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo II — *Pessoal*

A leitura conjunta das quatro linhas expõe a tensão central deste bloco. A modalidade que dispõe de financiamento federal previsto é a bolsa, e a modalidade indicada como preferencial é aquela que depende de cargo existente na rede, para a qual não há recurso federal correspondente. Uma escola que precise compor o quadro rapidamente encontrará recurso disponível justamente na modalidade que o programa não mobiliza como base.

A consequência pode ser elucubrada: formação continuada prevista, por exemplo, no Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (PACTO-EJA), produz efeito acumulado apenas se a equipe formada permanecer na função, e a permanência é exatamente o que o Produto Educacional associa ao vínculo estável. Investir em formação sobre um quadro rotativo é aplicar recurso em conhecimento que sai da escola junto com a profissional.

A jornada noturna

A disponibilidade para atuar no período noturno já figura entre os critérios de formação mínima. Ela merece tratamento próprio porque desloca outras condições. A sala funciona no turno em que a escola tem menos pessoal de apoio disponível, em que os serviços do entorno estão fechados e em que o deslocamento até a unidade e de volta se dá no escuro. Nenhuma dessas circunstâncias é atribuível à sala, mas todas incidem sobre quem trabalha nela.

Aplica-se aqui o princípio de incompletude institucional, segundo o qual o serviço não deve ofertar internamente aquilo que é competência de outros serviços, viabilizando a proteção por meio da rede local. Traduzido para este eixo, a escola não resolve sozinha as condições do trabalho noturno, mas precisa nomeá-las quando negocia o quadro com a rede, em vez de absorvê-las como custo invisível da equipe.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo II — *Pessoal*

Perguntas para adaptar à escola · vínculo e condições de trabalho

- Qual o vínculo efetivo das pessoas que estão hoje na sala? Se for temporário ou por bolsa, há horizonte de mudança ou esse é o arranjo previsto?
- A remuneração corresponde à complexidade da função, ou a função foi enquadrada em cargo de menor exigência para caber no orçamento disponível?
- A jornada noturna é acréscimo à jornada diurna da mesma pessoa, ou é jornada própria?
- Quem cuida dos filhos de quem trabalha na sala durante o turno da noite?
- Qual foi a rotatividade da equipe nos últimos dois anos? Onde houve troca, a formação já realizada permaneceu na escola?
- Há registro escrito da rotina e das decisões, de modo que a saída de uma profissional não comprometa o funcionamento?
- As condições de deslocamento e permanência no turno noturno foram apresentadas à rede como parte do pedido de quadro, ou ficaram por conta da equipe?

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo II — *Pessoal*

Gênero na provisão do cuidado

Um alerta importante: soluções emergenciais baseadas em contratos precários ou voluntariado tendem a reproduzir, na provisão do cuidado, as mesmas assimetrias de gênero que a política pretende combater. São majoritariamente mulheres que serão contratadas de forma precária, sem vínculo estável, para cuidar de crianças de outras mulheres. A política de cuidado não pode se sustentar sobre essa contradição.

Reafirmando os vínculos

O bloco anterior mostrou que a modalidade com financiamento federal previsto é a bolsa, enquanto a indicada como preferencial depende de cargo existente na rede. O caminho mais rápido para compor o quadro é, portanto, o mesmo que transfere o custo do cuidado para quem o presta.

A base documental disponível

A primeira base é normativa. O Decreto nº 12.048/2024 inclui entre suas diretrizes a prioridade no atendimento a grupos em maior situação de vulnerabilidade, observados os aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero, e o reconhecimento da diversidade do público da EJA em suas características étnicas, raciais, etárias, de gênero, de renda e de local de moradia. Gênero é, portanto, critério inscrito na política, e não leitura acrescentada pela escola.

A segunda é o perfil documentado do público. A cartilha do Pacto registra que a taxa de pessoas não alfabetizadas pretas, de 10,1%, e pardas, de 8,8%, é mais que o dobro da registrada entre pessoas brancas, de 4,3%, e que 60% das pessoas com dezoito anos ou mais que não concluíram a educação básica são negras.

A terceira é um indício, e convém apresentá-lo como tal. Nos registros das experiências mapeadas, quem aparece nomeado junto às crianças está predominantemente no feminino, com educadoras acompanhando atividades no Amapá e educadora conduzindo momento de leitura em Mesquita. São legendas de registro fotográfico, não levantamento de quadro funcional, e não medem composição de equipe. Ainda assim, são coerentes com o alerta que o texto já faz.

A consequência prática decorre da leitura conjunta dos três elementos. Se o quadro da sala for composto por vínculo precário, o custo do cuidado terá sido transferido de um grupo de mulheres para outro, em vez de assumido como responsabilidade pública. A sala de acolhimento existe para que a maternidade deixe de operar como barreira à escolarização, e essa finalidade fica comprometida se o seu funcionamento depender da instabilidade de quem presta o cuidado.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo II — *Pessoal*

A equipe como atores da política

A designação da equipe como atores da política remete aos quatro atores apresentados no primeiro capítulo. A política se materializa por traduções situadas, feitas por sujeitos que ocupam posições distintas. A sustentação da sala não depende apenas de quem está nela durante o turno: depende de quem traduz a norma em rotina, de quem negocia o quadro com a rede e de quem mantém o assunto em pauta quando o recurso atrasa.

A pergunta que fecha o eixo, portanto, não é apenas quantas pessoas trabalham na sala. É quem, naquela unidade, ocupa cada uma dessas posições, e o que acontece com a sala quando alguma delas fica vaga.

Perguntas para adaptar à escola · gênero na provisão do cuidado

- Qual a composição da equipe por gênero e qual o vínculo de cada profissional? As duas informações lidas em conjunto dizem mais do que separadas.
- As condições oferecidas a quem trabalha na sala seriam consideradas aceitáveis para qualquer outra função pedagógica da unidade?
- O critério de gênero previsto no Pacto está sendo aplicado apenas à descrição do público atendido, ou também à composição de quem atende?
- O trabalho da sala é reconhecido no coletivo escolar como trabalho pedagógico, ou é classificado como cuidado, com a diferença de valorização que essa classificação costuma acompanhar?

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo III - Formação: oficinas de *sensibilização* e formação continuada

A sala de acolhimento não depende apenas de espaço e equipe, depende de uma comunidade escolar que compreenda sua função, reconheça sua necessidade e se comprometa com sua qualidade. Sem a formação dos profissionais, a sala corre o risco de se transformar em depósito, o que falha como política pedagógica e deslegitima a luta que a conquistou.

FORMAÇÃO QUE ALCANÇA MÚLTIPLOS SUJEITOS

Para a operacionalização deste programa, indica-se que a formação dos profissionais precisa alcançar três públicos simultaneamente: os profissionais da sala (formações sobre desenvolvimento infantil, práticas lúdicas, gênero e raça); a comunidade escolar mais ampla (formação sobre o que é e o que não é o acolhimento; por que ele é necessário; como inseri-lo no PPP); e as próprias estudantes-mães (seus direitos, a natureza do serviço, como participar da avaliação da política e exigir qualidade quando não estiver funcionando). Nenhum desses públicos pode ser desconsiderado sem comprometer o projeto como um todo.

Por que a formação é indispensável?

Há um risco concreto de que a sala de acolhimento se torne apenas um espaço de guarda de crianças, o que contradiz seu fundamento pedagógico e seu papel como política de permanência. Esse risco só é enfrentado quando toda a equipe escolar compreende o que é, e o que não é a sala de acolhimento.

A formação precisa chegar também às próprias estudantes-mães, que precisam entender a natureza do serviço para utilizá-lo de forma adequada e para exigí-lo com qualidade quando não estiver funcionando.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo III - *Formação*

Oficinas previstas no programa

1. Oficina de Sensibilização Geral

Destinada a toda a comunidade escolar (docentes, gestão, apoio). Apresenta o conceito da sala de acolhimento, sua fundamentação legal e pedagógica, e esclarece o que ela é e o que não é. Objetivo: construir adesão institucional e eliminar resistências baseadas em desinformação.

2. Gênero, Raça e EJA

Formação específica sobre as intersecções entre maternidade, raça e exclusão escolar. Aborda por que mulheres negras e periféricas são maioria na EJA e como a sala de acolhimento responde a essa desigualdade estrutural.

3. Desenvolvimento Infantil e Práticas Lúdicas

Voltada à equipe da sala. Aborda faixas etárias, marcos do desenvolvimento, planejamento de atividades lúdicas e recreativas, e cuidados com alimentação e higiene adequados a cada idade.

4. Direitos das Estudantes-Mães

Formação destinada às próprias estudantes. Apresenta seus direitos educacionais, a natureza do serviço de acolhimento, como participar da avaliação da política e como exigir qualidade.

5. Intersetorialidade e Rede de Proteção

Capacita a equipe para identificar situações de vulnerabilidade, acionar serviços da rede (saúde, assistência social, conselho tutelar) e articular o acompanhamento psicossocial das famílias atendidas.

MATERIALIDADES – ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo III — Formação

O eixo anterior definiu quem compõe a equipe. Este define o que essa equipe precisa saber, e a quem mais a formação se dirige. Ela alcança três públicos ao mesmo tempo: a equipe da sala, a comunidade escolar e as próprias estudantes-mães. As cinco oficinas previstas têm tema definido. Este material estabelece o conteúdo esperado para cada uma e a proposta de conduzi-la.

Conteúdo esperado por oficina

Oficina	Conteúdo esperado	proposta de condução
1. Sensibilização geral	O que a sala é e o que ela não é. O atendimento não se confunde com educação infantil, com ensino fundamental nem com serviço socioassistencial, e não substitui nenhum deles. Risco concreto de a sala operar como guarda de crianças, e o que a distingue disso. construção coletiva do regimento, destinada à equipe da sala, à gestão e a representação das estudantes.	Adesão institucional registrada e nomeação de quem responde pela sala dentro da unidade
2. Gênero, raça e EJA	Perfil documentado do público: a taxa de pessoas não alfabetizadas pretas, de 10,1%, e pardas, de 8,8%, é mais que o dobro da registrada entre brancas, de 4,3%, e 60% de quem não concluiu a educação básica é negra. Gênero e recorte étnico-racial como critérios inscritos na política nacional.	Compreensão de que a sala responde a uma desigualdade documentada, e não a uma demanda pontual
3. Desenvolvimento infantil e práticas lúdicas	Agrupamentos etários de referência do FNDE, com 10 crianças de 3 a 11 meses, 16 de 1 ano, 20 de 2 a 3 anos e 24 de 4 a 5 anos. As rodas de conversa consideraram esse quantitativo alto para a sala de acolhimento e propuseram reduzi-lo à metade, ressalva que a formação precisa apresentar junto com o parâmetro. Os três modos de organização do repertório: brincadeira livre, atividade estruturada por faixa e mediação em roda. As quatro categorias de material: jogos, brinquedos, livros e massinhas. Rotinas de higiene escalonadas e jantar adequado à idade.	Planejamento semanal por faixa etária, com os três modos contemplados
4. Direitos das estudantes-mães	Natureza do serviço e o que ele garante. Faixa etária atendida na rede. Direito ao jantar balanceado durante o tempo de aula. Canais de comunicação e formas de participação na avaliação da política.	Conhecimento do que exigir e por qual canal, quando a sala não funcionar
5. Intersetorialidade e rede de proteção	Identificação de situações de vulnerabilidade e fluxo de acionamento da rede. Limite da atribuição da equipe: o serviço não oferta internamente o que é competência de outros serviços, e a proteção se viabiliza pela rede local.	Fluxo escrito, com pessoa de referência nomeada em saúde e em assistência social

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo III — *Formação*

Possível metodologia de condução

As oficinas 1, 2 e 3 são formativas e comportam exposição seguida de trabalho em grupo. As oficinas 4 e 5 pedem outro registro, porque tratam de situações concretas e de pessoas identificáveis.

O repertório disponível para esse segundo tipo inclui o estudo de caso, o grupo com famílias, o grupo multifamiliar e a orientação individual, grupal e familiar. São procedimentos já validados em serviços de acolhimento e transferíveis à formação, com a ressalva de que aqui não se trata de acompanhamento de caso, e sim de preparo da equipe e das estudantes para reconhecer situações e acionar canais.

As oficinas 1, 2 e 5 pertencem à capacitação inicial. As oficinas 3 e 4 se repetem a cada entrada de turma. O registro do que cada oficina produziu é o primeiro item do eixo seguinte, que trata do monitoramento.

Perguntas para adaptar à escola

- As cinco oficinas têm data no calendário do ano, ou existem apenas como previsão?
- Quem conduz cada uma? A condução exige alguém de fora da unidade ou a própria equipe dá conta?
- As estudantes-mães foram convocadas para a oficina 4 ou apenas informadas de que ela existiu?
- A oficina 1 alcançou o pessoal de apoio e a portaria, ou só o corpo docente?
- Onde ficará registrado o que cada oficina produziu, de modo que a próxima turma não recomece do zero?

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo IV - *Monitoramento*: registros e articulação com a gestão

Os registros

Os registros são importantes para que a sala de acolhimento não seja invisibilizada. O monitoramento sistemático torna-se condição tanto para a qualidade do atendimento quanto para a continuidade da política.

A articulação com os setores de saúde e assistência social não se sustenta apenas no contato pessoal entre profissionais, que dura enquanto essas pessoas permanecem nos cargos. Ela se sustenta em dado. A política nacional de EJA prevê uma plataforma que reúne o cadastro da demanda e do atendimento da modalidade e que se cruza com bases de outros ministérios, entre eles os da saúde, do desenvolvimento social e dos direitos humanos, gerando ações de busca ativa junto a quem tem contato direto com o cidadão. O registro produzido na escola é o que alimenta esse circuito.

Daí a exigência de instrumentos concretos: ficha de cadastro atualizada, registro das atividades, prontuário de acompanhamento e canal de comunicação com as famílias. Eles servem à equipe, que identifica alergias, condições de saúde e necessidades específicas de cada criança e ajusta a prática. Servem à gestão, que passa a dispor de evidência para justificar a continuidade e pedir ampliação. E servem à rede, porque é por meio deles que a criança atendida e a demanda não atendida deixam de ser invisíveis para os outros setores.

Vale aqui o mesmo princípio que orienta a composição da equipe: o serviço não oferta internamente o que é competência de outro setor. A escola não se torna posto de saúde nem equipamento da assistência social. O que ela aporta à intersectorialidade é justamente o dado que os outros setores não têm. A coordenação do programa, vinculada à diretoria de EJA da secretaria, à equipe pedagógica da escola ou a uma comissão mista, responde por manter esse fluxo, supervisionar o funcionamento das salas e incluir a sala nos instrumentos regulares de avaliação institucional. Sem esse suporte, a equipe fica isolada e vulnerável a oscilações de gestão.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo IV — *Monitoramento*

Os cinco instrumentos de registro já estão nomeados: o que cada um precisa conter, com que periodicidade se movimenta e para onde o dado vai depois de produzido.

Os instrumentos

Instrumento	Conteúdo mínimo	Periodicidade
Ficha de cadastro da criança	Responsável autorizado pela retirada, alergias, restrições alimentares, condições de saúde e contatos de emergência	Preenchida no ingresso e revista a cada semestre
Registro diário de presença	Entrada e saída, com identificação de quem retirou a criança	Diária, sem exceção
Prontuário de acompanhamento	Ocorrências, observações sobre o desenvolvimento e comunicações com a família	A cada ocorrência, com revisão semestral
Registro das atividades	Planejamento semanal por faixa etária e registro do que foi efetivamente realizado	Semanal
Relatório de funcionamento	Síntese para a gestão escolar e para a coordenação do programa, incluindo demanda atendida e demanda não atendida	Mensal para a gestão, com consolidação semestral

A revisão semestral não é formalidade. É o intervalo mínimo de acompanhamento adotado como referência, e é também o intervalo em que alergias, responsáveis autorizados e condições de saúde efetivamente mudam.

Aos cinco instrumentos soma-se uma prática que não é documento: a reunião periódica de estudo de caso entre os profissionais envolvidos. Ela existe para que a informação registrada seja lida por alguém, e não apenas arquivada.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo IV — *Monitoramento*

Para onde o dado vai

O registro é tratado, em geral, como gestão interna: serve à equipe para ajustar a prática e à direção para acompanhar o funcionamento. Isso é verdade e é insuficiente.

A busca por uma política nacional de EJA prevê também uma plataforma de cadastro que reúne a demanda e o atendimento da modalidade, incluindo expressamente a demanda manifesta, e prevê ainda pareamento com bases de outros ministérios e ações de busca ativa. O acompanhamento e o monitoramento cabem a órgãos de controle, e há previsão de plano de monitoramento e avaliação com aferição de efetividade.

A demanda que a escola não registra não existe para quem decide orçamento e ampliação. Uma criança atendida sem cadastro é atendimento que não aparece. Uma mãe que procurou a sala e não conseguiu vaga, se não for registrada como demanda não atendida, transforma-se em evidência de que a demanda é pequena.

Por isso o relatório mensal precisa conter as duas colunas, demanda atendida e demanda não atendida. É a segunda que sustenta pedido de ampliação, e é justamente a que costuma não ser anotada.

A coordenação

A supervisão pode estar na diretoria de EJA da secretaria, na equipe pedagógica da escola ou em comissão mista. O que não pode é ficar indefinida. A pesquisa que embasa este Produto Educacional considera inviável criar uma equipe de coordenação própria, por depender de concurso, o que reforça a opção por designar quem já atua na unidade ou na secretaria. Três atribuições são indelegáveis: garantir a articulação intersetorial, incluir a sala nos instrumentos regulares de avaliação institucional da unidade e responder pela continuidade quando houver troca de direção. O eixo seguinte converte estas três atribuições, e os parâmetros dos quatro eixos anteriores, em itens de conferência.

Perguntas para adaptar à escola

- Os cinco instrumentos existem, e quem os preenche durante o turno da noite?
- Qual a data do último registro em cada um? A data diz mais que a existência do formulário.
- A demanda não atendida está sendo registrada em algum lugar?
- Para quem vai o relatório mensal, e há retorno de quem o recebe?
- A sala aparece na avaliação institucional da unidade, ou é avaliada à parte?
- Quem responde pela sala se houver troca de direção no meio do ano?

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo V – *Checklist* de verificação

Verificação das condições mínimas antes de inaugurar ou manter em funcionamento uma sala de acolhimento. Este checklist não substitui a regulamentação local, mas oferece um ponto de partida para avaliação. Ele retoma, em forma de conferência, os quatro eixos anteriores, e incorpora as ressalvas feitas pelas rodas de conversa da pesquisa que serviu de solo conceitual para esse PE.

ESPAÇO FÍSICO

- Ambiente dividido por faixas etárias;
- Área de descanso com colchonetes;
- Área de atividades com mesas adaptadas;
- Espaço para amamentação;
- Área de higienização com trocador;
- Tomadas protegidas e quinas arredondadas;
- Portões de segurança nas entradas;
- Piso antiderrapante e lavável, fixo ou emborrachado;
- Ventilação e iluminação adequadas;
- Acessibilidade garantida.

EQUIPE

- Ao menos 2 profissionais por sala;
- Formação mínima em Pedagogia, Normal Superior ou Magistério Superior;
- Experiência em Educação Infantil;
- Vínculo estável (preferencialmente concurso);
- Remuneração compatível com a função;
- Coordenador(a) designado(a);
- Profissional adicional para inclusão;
- Formação continuada garantida.

DOCUMENTAÇÃO

- Sala incluída no PPP da escola;
- Regimento interno elaborado coletivamente;
- Fichas de cadastro e prontuários;
- Termo de responsabilidade assinado;
- Protocolo de entrada e saída;
- Registro de ocorrências.

ARTICULAÇÃO

- Comunicação com unidade de saúde;
- Articulação com CRAS/assistência social;
- Protocolo para situações de vulnerabilidade;
- Integração com calendário escolar;
- Participação em reuniões pedagógicas;
- Canal de comunicação com as mães.

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo V — Checklist de verificação

Cada item se apresenta em três campos. O requisito enuncia o que se quer garantir. O critério traz o parâmetro que o materializa, numérico sempre que exista. O método indica como conferir. Onde não há parâmetro disponível, o critério registra a ausência, e o método passa a ser o registro da decisão tomada pela escola e da sua justificativa.

A. Espaço físico

Requisito	Critério	Método de verificação
Setorização	As áreas de descanso, alimentação, higiene e brincadeira	Percorrer a sala e nomear as quatro áreas. A que não puder ser apontada
Área por criança em atividade	1,50 m ² como mínimo e 2,00 m ² como recomendado	Medir a área útil e dividir pelo número máximo de crianças por turno
Área por criança em repouso	2,00 m ² como mínimo e 2,50 m ² como recomendado	Mesmo cálculo, sobre a área de descanso
Área por berço	2,50 m ² , com 0,50 m de circulação entre berços	Medir o afastamento entre os berços instalados
Pé-direito	De 2,70 m a 3,00 m, conforme a zona bioclimática	Medição direta
Iluminação natural	Abertura equivalente a 1/6 da área do piso	Razão entre área de esquadria e área de piso
Iluminação artificial	300 lux em atividade e berçário; 200 lux em amamentação e fraldário	Medição com luxímetro ou solicitação à secretaria
Ventilação natural	abertura equivalente a 1/16 da área do piso	Mesmo cálculo da iluminação natural
Piso	Atrito dinâmico igual ou superior a 0,4; desníveis até 2 mm; frestas até 4 mm	Conferir a especificação e inspecionar juntas, soleiras e rodapés
Trocador	Bancada de 1,00 m por 0,70 m, a 0,90 m do piso	Medição direta
Peitoril de janela	De 0,50 m a 0,70 m, com tela de proteção	Medição direta e verificação da tela
Dispositivos de manobra	Força de acionamento até 10 N e torque até 20 Nm	Teste de acionamento e consulta à especificação
Distância de espaços de risco	a sala não se instala próxima a espaços com riscos de qualquer natureza	Listar quadro de energia, depósito de limpeza, escada, laboratório e quadra, e registrar a distância de cada um
Climatização	Espaço refrigerado, onde a legislação da rede assim determina	Verificar equipamento instalado e em funcionamento
Acessibilidade do percurso	Circulações sem degraus ou obstáculos, considerando chegada no colo ou em carrinho	Percorrer o trajeto do portão até a sala, à noite, com carrinho
Dimensão geral da sala	Sem parâmetro disponível. A formulação legal fala em dimensões razoáveis e devolve a definição à escola	Registrar a área efetiva, o teto de crianças adotado e a justificativa

B. Equipe

Requisito	Critério	Método de verificação
Faixa etária atendida	Identificar o recorte adotado pela rede, que varia entre zero e oito anos, um e oito anos e zero a oito anos e onze meses, podendo alcançar dez ou doze anos onde há legislação própria	Consultar a norma vigente antes de calcular qualquer teto
Teto de crianças por turno	10 crianças de 3 a 11 meses; 16 de 1 ano; 20 de 2 a 3 anos; 24 de 4 a 5 anos. Acima de 5 anos e 11 meses não há referência	Aplicar o agrupamento mais restritivo presente e registrar o critério adotado para as crianças maiores
Quantitativo mínimo	Ao menos dois profissionais por sala	Conferir a escala do turno, não a lotação formal
Profissional adicional	Um a mais quando houver criança em situação de inclusão, com redução do número máximo de crianças	Cruzar a matrícula com a escala efetiva
Equipe de apoio	higienização, necessidades básicas, entrada e saída e logística contabilizadas à parte dos dois profissionais	Verificar se o piso de dois está sendo cumprido somando funções distintas
Formação mínima	Licenciatura em Pedagogia, Normal Superior ou Magistério Superior	Conferir a documentação na designação
Seleção	Critério publicado e pontuação pública	Localizar o edital ou o registro do processo
Capacitação inicial	Realizada antes do início do funcionamento	Comparar a data da capacitação com a de abertura
Formação continuada	Periodicidade definida e responsável nomeado	Verificar o calendário do ano corrente
Descrição de funções	Papel de cada profissional descrito por escrito	Documento datado e conhecido pela equipe
Vínculo	Estatutário ou estável como modalidade indicada	Levantar o vínculo de cada profissional em exercício
Remuneração	Compatível com a complexidade da função	Comparar o enquadramento com funções pedagógicas equivalentes da unidade
Cobertura de ausências	Sem parâmetro disponível	Verificar se há substituto designado ou se a ausência interrompe o funcionamento

C. Alimentação e higiene

Requisito	Critério	Método de verificação
Refeição	Jantar balanceado e adequado à idade, servido durante o tempo das aulas dos responsáveis, com qualidade compatível com o padrão da alimentação escolar	Verificar cardápio, horário de serviço e origem do recurso
Planejamento alimentar	As crianças acolhidas constam do cardápio e do cálculo de compra da unidade	Conferir se aparecem no planejamento ou se são atendidas com o que sobra
Preparo e conservação de leite	Função de lactário existente em algum arranjo, distinta do espaço de amamentação	Identificar onde se prepara e onde se conserva
Restrições e alergias	Registradas na ficha de cadastro e acessíveis à equipe do turno da noite	Verificar onde está o registro e quem o consulta à noite
Fraldário	Cerca de 2,00 m ² por criança, considerando revezamento de 30%	Medição da área e verificação da escala de troca, que precisa ser escalonada
Água potável	Sem parâmetro disponível	Verificar se está ao alcance da criança sem intermediação do adulto

D. Documentação e registro

Requisito	Critério	Método de verificação
Inclusão no Projeto Político-Pedagógico	A sala consta do texto vigente	Localizar a passagem no documento em vigor, não na versão em elaboração
Regimento interno	Elaborado coletivamente	Registro da reunião de elaboração, com participantes identificados
Ficha de cadastro	Responsável autorizado, alergias, restrições alimentares, condições de saúde e contatos de emergência	Verificar preenchimento efetivo por amostragem
Protocolo de entrada e saída	Identificação de quem retira a criança, com registro diário	Conferir os registros da última semana
Prontuário	Ocorrências, observações sobre o desenvolvimento e comunicações com a família	Verificar a data do último registro
Registro das atividades	Planejamento semanal por faixa etária e registro do realizado	Comparar planejado e realizado em uma semana qualquer
Relatório de funcionamento	Mensal para a gestão, com demanda atendida e demanda	Verificar a periodicidade praticada e quem recebe
Estudo de caso	reuniões periódicas entre os profissionais envolvidos	Verificar existência, periodicidade e registro

MATERIALIDADES - ARTEFATOS E AÇÕES

Eixo V — *Checklist* de verificação

E. Articulação

Requisito	Critério	Método de verificação
Canal com a unidade de saúde	Pessoa de referência identificada	Nome e contato registrados e conhecidos pela equipe da noite
Canal com a assistência social	Pessoa de referência identificada	Idem
Protocolo de vulnerabilidade	Fluxo escrito de comunicação e acionamento	Localizar o documento e verificar se a equipe da noite o conhece
Comunicação com as estudantes-mães	Meio definido e em uso	Verificar como foi feita a última comunicação e se houve retorno
Calendário escolar	A sala consta do calendário, incluindo reuniões e recesso	Conferir o calendário vigente
Reuniões pedagógicas	A equipe da sala participa das reuniões da unidade	Verificar as atas das últimas reuniões
Limite da atribuição	O serviço não oferta internamente o que é competência de outros	Listar o que a equipe faz hoje e identificar o que pertence a outro serviço

O que o instrumento não faz

Não aprova nem reprova. Nenhuma escola reúne todos os critérios, e a exigência de reuni-los antes de começar funciona, na prática, como argumento para não começar. Uma coluna de critérios não atendidos é inventário, não impedimento.

Não substitui a regulamentação local, que prevalece onde existir. E não elimina o que não tem resposta: quatro itens aparecem sem parâmetro, sendo a dimensão geral da sala, o teto de crianças acima de cinco anos e onze meses, a cobertura de ausências e o acesso à água potável. Registrar a ausência transforma a lacuna em pauta.

Três usos

- Diagnóstico prévio, antes de abrir. A coluna de método indica o que precisa ser medido, contado ou localizado, e o resultado define o teto de crianças e a lista de providências.
- Verificação periódica, com a sala em funcionamento. Aplicado a cada semestre, mostra o que se manteve e o que se degradou, sobretudo em acervo, registro e periodicidade.
- Instrumento de pedido à rede. Cada critério não atendido vira item específico e orçável.

É o terceiro uso que dá função política ao eixo. Um instrumento que apenas verifica permanece dentro da escola. Um instrumento que produz pedido nomeado e mensurável atravessa a fronteira entre a prática e a decisão orçamentária, que é onde a política de permanência se define.



AVALIAÇÃO E VIABILIDADE

AValiação E Viabilidade: O QUE DISSERAM AS VOZES DA PESQUISA

Previamente, este programa foi avaliado e validado em duas rodas de conversa compostas por professores, gestores e uma estudante-mãe de uma escola pública de EJA. Os nomes são fictícios, em atenção aos procedimentos éticos da pesquisa. A avaliação coletiva indicou a viabilidade da proposta, mas condicionada a processos que extrapolam os muros da escola.

VIABILIDADE E FORÇA POLÍTICA

"O restante dos itens são viáveis, desde que haja luta e que essa pesquisa tenha força política com os movimentos sociais, que o pesquisador busque esse apoio dos fóruns de EJA, das escolas de EJA, das equipes que trabalham com EJA."

Professora Luna, 2ª roda de conversa

A materialização não decorre da qualidade da proposta. Depende de articulação com fóruns, movimentos sociais e o legislativo municipal, ou seja, de os sujeitos escolares se organizarem como atores políticos e não apenas como executores.

VIABILIDADE NÃO GARANTE QUALIDADE

"O viável pode até ser viável uma sala de acolhimento para que isso aconteça no PEJA. Só que o viável não quer dizer que seja uma coisa de qualidade. Pode ser viável na rede municipal, e acontece, mas não quer dizer que seja de qualidade."

Professora Cristiane, 2ª roda de conversa

A distinção desloca a pergunta da criação para a manutenção. Uma sala pode ser criada, registrada e contabilizada e ainda assim não cumprir a função que a justifica, quando o espaço é improvisado, a equipe não tem formação e a alimentação não corresponde à faixa etária.

O ESTADO COMO RESPONSÁVEL

"Mais uma ajuda, um acolhimento para as pessoas. Tem muita mãe aqui que precisa disso. Eu acho que falta muita coisa ainda. O Estado, o Governo, deveria dar mais apoio para as mães que estudam."

Amanda, estudante-mãe, 2ª roda de conversa

A exclusão começa antes da primeira falta, quando a matrícula é negada porque não há onde deixar os filhos. A fala recoloca o acolhimento como responsabilidade pública, e não como favor institucional.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO COLETIVA

O Programa foi avaliado como dotado de **relevância social inequívoca**, especialmente para sujeitos historicamente marginalizados na EJA. Sua viabilidade foi reconhecida, mas como viabilidade condicionada, já que depende de articulação institucional, mobilização política coletiva e compromisso persistente com a qualidade do serviço oferecido. Essa avaliação é ela mesma um *enactment*, ou seja, os sujeitos da escola não receberam passivamente o programa, eles o interrogaram, o disputaram e o devolveram mais robusto.

AVALIAÇÃO E VIABILIDADE: O QUE DISSERAM AS VOZES DA PESQUISA

O que a avaliação recusou, ressaltou e acrescentou

O QUE FOI CONSIDERADO INVIÁVEL

Dois itens foram recusados no cenário atual: o kit de primeiros socorros, porque a manutenção recairia sobre a equipe sem contrapartida do poder público, e a equipe de coordenação, porque a rede praticamente não realiza concursos.

O QUE FOI CONSIDERADO VIÁVEL, COM RESSALVAS

O quantitativo por faixa etária foi considerado alto, com a proposta de reduzi-lo pela metade e incluir a faixa de sete anos ou mais, já que uma sala não comporta todas as faixas ao mesmo tempo. O berço foi recusado, porque deixou de ser usado em creches, e a alternativa é o colchonete, que permite à criança circular. O piso antiderrapante não precisa ser fixo: o emborrachado cumpre a função.

A alimentação concentrou a maior ressalva. Escolas que atendem apenas o Fundamental 2 não dispõem de talheres, pratos nem mobiliário adequados a crianças pequenas, nem de cardápio e preparo compatíveis, e faltam espaços para higiene pessoal.

Um único profissional por sala foi considerado insuficiente. Havendo criança em situação de inclusão, é preciso rever o número de adultos e o total de crianças, e os profissionais devem ser preparados, não estagiários em formação.

O QUE FOI ACRESCENTADO

Três proposições: a construção democrática de um regimento interno, com protocolo para doença infectocontagiosa; a orientação das próprias estudantes-mães, para que o serviço não seja confundido com depósito; e a inclusão da questão de gênero em todo o texto da pesquisa, pela constatação de que as estudantes que necessitam da sala são majoritariamente mulheres, e mulheres negras.

AVALIAÇÃO E VIABILIDADE: O QUE DISSERAM AS VOZES DA PESQUISA

O que a avaliação revelou sobre os limites do programa

Além das contribuições sobre os eixos, a avaliação apontou duas condições externas à escola, sem as quais o programa não se sustenta.

Limite político e normativo: a sala não se cria por iniciativa isolada de um professor ou gestor. Onde não há lei municipal, a demanda precisa ser construída fora da escola, junto a movimentos sociais, fóruns de EJA e escolas da modalidade, com um objetivo nomeado: avançar com a lei na Câmara Municipal.

Limite de continuidade: enquanto não houver cargo, o funcionamento depende de contratação temporária ou de acúmulo de função, e a rede praticamente não realiza concursos. É isso que torna o arranjo frágil a cada mudança de gestão, e não a falta de convencimento de quem está na escola.

As duas condições são externas à sala, mas decidem se ela permanece. É por isso que o programa se dirige tanto a quem trabalha na escola quanto a quem, fora dela, pode transformar a conquista em norma.



Incidência Política

INCIDÊNCIA POLÍTICA: COMO MOBILIZAR PARA A MATERIALIZAÇÃO DE SALAS DE ACOLHIMENTO

TECNOLOGIA SOCIAL EM *MOVIMENTO*

A materialização deste programa exige duas forças indissociáveis, a saber: intencionalidade pedagógica (técnica) e sustentação política (luta). Não se trata apenas de modificar um espaço físico, mas de reconfigurar a EJA para finalmente acolher aquelas historicamente tensionadas pelo sistema educacional.

ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

1. Mapeamento da demanda: identificar quantas estudantes-mães estão matriculadas na EJA e quantas abandonaram por falta de apoio com os filhos. Esses dados são o argumento mais forte para qualquer interlocução com o poder público.
2. Articulação com fóruns de EJA: os fóruns estaduais e municipais são espaços legítimos de pressão política. Levar a pauta das salas de acolhimento para esses espaços amplia a base de apoio.
3. Diálogo com o legislativo: apresentar projetos de lei municipais que institucionalizem as salas de acolhimento. A experiência de municípios como Rio de Janeiro, Florianópolis e Bagé mostra que a legislação é o que garante continuidade.
4. Construção de alianças intersetoriais: envolver secretarias de assistência social, saúde e direitos das mulheres. A sala de acolhimento é uma política de gênero, não apenas educacional.
5. Comunicação e visibilidade: documentar experiências exitosas, produzir materiais de divulgação e usar redes sociais para sensibilizar a comunidade escolar e a opinião pública.



Sugestões, Perguntas e Erros Frequentes

SUGESTÕES, PERGUNTAS E ERROS FREQUENTES

A escola é obrigada a ter sala de acolhimento?

RESPOSTA

Depende do município. Onde há legislação específica aprovada (como no Rio de Janeiro, Florianópolis, Bagé e Porto Velho), sim. Nas demais localidades, não há obrigação legal formal, mas o direito à educação das estudantes-mães pode fundamentar a exigência política. O Projovem Urbano prevê a obrigação para entes executores do programa.

Qual a diferença entre sala de acolhimento e creche?

RESPOSTA

São serviços distintos. A creche é um equipamento de Educação Infantil, com obrigatoriedade de frequência, currículo estruturado e professores habilitados. A sala de acolhimento é um dispositivo de apoio à permanência escolar, o que implica em: frequência não obrigatória, atendimento por educadores (não professores), organizado pelas necessidades da estudante-mãe, sem currículo formal. Confundi-los distorce a função de cada serviço.

Quem pode usar a sala de acolhimento?

RESPOSTA

Filhos e filhas de estudantes matriculados na EJA, geralmente de 0 a 8 anos (podendo chegar a 10 ou 12 anos, conforme legislação municipal). Alguns programas incluem também filhos de servidores da escola, mas a prioridade deve ser sempre os dependentes das estudantes-mães matriculadas.

O que acontece se a criança adoecer?

RESPOSTA

O regimento interno deve prever protocolos sanitários claros, incluindo o impedimento de crianças com doenças infectocontagiosas. A criança adoecida precisa ser acompanhada pelo responsável, o que pode implicar falta da estudante-mãe. É fundamental que a escola tenha um protocolo de reposição de aulas e uma política de escuta pedagógica que antecipe e responda a essas situações.

SUGESTÕES, PERGUNTAS E ERROS FREQUENTES

Como garantir a continuidade quando mudar a gestão da escola?

RESPOSTA

Incluindo a sala de acolhimento no PPP da escola, com regimento interno aprovado democraticamente e previsão orçamentária explícita. A inserção no PPP é o mecanismo institucional que garante que a política persista além de gestores individuais e que novos gestores estejam vinculados ao compromisso coletivo já construído.

A sala de acolhimento pode funcionar com voluntários?

RESPOSTA

Tecnicamente, sim, mas não é recomendável como solução permanente. O voluntariado precariza o serviço, feminiza o trabalho de cuidado sem remuneração, e não garante continuidade. A sala de acolhimento de qualidade exige profissionais com vínculo institucional, formação adequada e remuneração compatível com a complexidade da função.

Como envolver as próprias estudantes-mães na avaliação do programa?

RESPOSTA

Realizando reuniões periódicas específicas com as estudantes-mães usuárias do serviço; incluindo perguntas sobre a sala nos instrumentos gerais de avaliação da escola; garantindo que uma representante das estudantes-mães participe das instâncias colegiadas que deliberam sobre o programa. A voz das principais afetadas pela política é insubstituível para identificar o que funciona, o que precisa mudar e quem está ficando de fora.



Leituras Complementares

LEITURAS COMPLEMENTARES: aprofundando o *tema*

Referências organizadas por eixo temático

Sobre enactment e ciclo de políticas

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

Sobre salas de acolhimento

FERREIRA, R. G. da F. **Salas de acolhimento: uma análise das experiências no Projovem Urbano**. (Mestrado), UERJ, 2014.

Sobre EJA e políticas de permanência

DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S. Transformações nas políticas de EJA no Brasil no início do terceiro milênio. **Cadernos Cedes**, v. 35, n. 96, 2015.

OLIVEIRA, I. B. de. **Currículos e pesquisas com os cotidianos**. Petrópolis: DP&A, 2019.

Sobre gênero, raça e EJA

CARREIRA, D. **Direito à educação, feminismo e antirracismo**. São Paulo: Ação Educativa, 2014.

MENDONÇA, E.; PASSOS, L. **Divisão sexual do trabalho e EJA: entre a permanência e o abandono**. Rio de Janeiro: LACED, 2020.

Legislação estruturante

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1/2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000a.

PONTA GROSSA (Município). **Decreto nº 5.914/2012**, de 13 de março de 2012. Dispõe sobre a abertura de matrículas para o Projovem Urbano/2012, em conformidade com a Resolução CD/FNDE nº 60/2011. Ponta Grossa, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 12.048**, de 5 de junho de 2024. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Lei nº 11.478/2025**. Institui a Política de Permanência Estudantil para gestantes e mães. Florianópolis, 2025.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei nº 6.423, de 28 de novembro de 2018**. Institui as salas de acolhimento no PEJA noturno. Rio de Janeiro, 2018.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei nº 6.419, de 13 de novembro de 2018**. Institui o Espaço Infantil Noturno. Rio de Janeiro, 2018.

The background of the page is a light cream color, decorated with several large, overlapping watercolor-style circles in shades of pink, peach, and light orange. These circles are positioned around the edges and corners, creating a soft, artistic frame.

Os Autores

OS AUTORES



João Ricardo Rodrigues dos Santos

Mestre em Práticas de Educação Básica pelo Colégio Pedro II (MPPEB), na Linha de Pesquisa Prática Docente e Formação Continuada. É graduado em licenciatura e bacharelado em Geografia pela UFRJ e Professor de Ensino Fundamental anos finais na rede pública do município do Rio de Janeiro com mais de dez anos de experiência em aula na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.



Edgar Miranda da Silva

Pós-Doutor em Educação pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Doutor e mestre em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde (UFRJ). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Castelo Branco-UCB. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. É professor EBTT da rede federal de ensino, atuando como coordenador do Programa de Pós-Graduação em Práticas de Educação Básica-PPGPEB/CPII e docente no Ensino Fundamental do Colégio Pedro II.



Referências

- BAGÉ (Município). **Lei nº 6.625/2023**. Dispõe sobre salas de acolhimento na rede municipal de ensino. Bagé, 2023.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BANCO MUNDIAL. **World development indicators: adolescent fertility rate**. Washington, DC: Banco Mundial, 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1/2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000a.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000b.
- PONTA GROSSA (Município). **Decreto nº 5.914/2012**, de 13 de março de 2012. Dispõe sobre a divulgação e a abertura de matrículas para o ProJovem Urbano/2012, em conformidade com a Resolução CD/FNDE nº 60/2011. Ponta Grossa, 2012.
- BRASIL. **Decreto nº 12.048**, de 5 de junho de 2024. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Elaboração de projetos de edificações escolares: educação infantil**. Brasília, DF: FNDE, 2017. (Manual de Orientações Técnicas, v. 2).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos**: lendo o mundo e escrevendo a própria história. Brasília, DF: MEC, 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, DF: MDS, 2009.
- BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 60/2011**. Estabelece critérios e procedimentos para o ProJovem Urbano. Brasília, DF: FNDE, 2011.
- CARREIRA, D. **Direito à educação, feminismo e antirracismo**. São Paulo: Ação Educativa, 2014.
- CURITIBA (Município). **Decreto nº 881**. Estabelece critérios para designação e seleção de profissionais para o ProJovem Urbano, inclusive do Monitor da Sala de Acolhimento de Crianças. Curitiba, 2022.
- DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, 2015.
- FERREIRA, R. G. da F. **Salas de acolhimento: uma análise das experiências no ProJovem Urbano. 2014**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- FLORIANÓPOLIS (Município). **Lei nº 11.478/2025**. Institui a Política de Permanência Estudantil para gestantes e mães. Florianópolis, 2025.
- FOZ DO IGUAÇU (Município). **Decreto nº 22.435**, de 5 de setembro de 2013. Estabelece critérios para concessão de carga horária suplementar e complementação de remuneração no ProJovem Urbano. Foz do Iguaçu, 2013.
- FOZ DO IGUAÇU (Município). Decreto nº 22.962, de 2 de abril de 2014. Altera e insere dispositivos ao art. 2º do Decreto nº 22.435/2013. Foz do Iguaçu, 2014.
- GOIANIRA (Município). **Lei Ordinária nº 2.049, de 2024**. Autoriza a criação da Política Municipal de Permanência Estudantil para gestantes e mães. Goianira, 2024.
- GUARUJÁ (Município). **Lei nº 5.119**. Dispõe sobre a implantação da sala do acolhimento nas escolas da rede municipal de ensino de Guarujá. Guarujá, [s.d.].
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2024. Brasília, DF: Inep/MEC, 2024.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- MENDONÇA, E.; PASSOS, L. **Divisão sexual do trabalho e EJA: entre a permanência e o abandono**. Rio de Janeiro: LACED, 2020.
- OLIVEIRA, I. B. de. **Currículos e pesquisas com os cotidianos**. Petrópolis: DP&A, 2019.
- PORTO VELHO (Município). **Lei nº 2.937/2022**. Dispõe sobre salas de acolhimento nas escolas da rede municipal. Porto Velho, 2022.
- RIO DE JANEIRO (Município). **Lei nº 6.419, de 13 de novembro de 2018**. Institui o Espaço Infantil Noturno. Rio de Janeiro, 2018.
- RIO DE JANEIRO (Município). **Lei nº 6.423, de 28 de novembro de 2018**. Institui as salas de acolhimento no PEJA noturno. Rio de Janeiro, 2018.
- UNESCO. **Marco de Ação de Belém: VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Brasília, DF: UNESCO, 2010.



Produto Educacional

Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica — MPPEB

Colégio Pedro II · Rio de Janeiro · 2026